

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – FAAC
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MARIA EDUARDA PEREIRA GUELFÍ

**A INFLUÊNCIA DA BANCADA EVANGÉLICA
NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

BAURU
2019

MARIA EDUARDA PEREIRA GUELFÍ

**A INFLUÊNCIA DA BANCADA EVANGÉLICA
NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, junto ao Curso de Graduação em Jornalismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru. Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente.

BAURU
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO – FAAC
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

BANCA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Prof. Ass. Maximiliano Martin Vicente
Orientador e Presidente da banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Angela Maria Grossi
Examinadora da banca

Prof^a. M^a. Michelle Moreira Braz dos Santos
Examinadora da banca

Bauru, 28 de novembro de 2019

Dedico o presente trabalho à minha mãe, Célia Regina Pereira, incentivadora assídua da realização dos meus sonhos. A mulher que esteve fisicamente ao meu lado até os meus dezessete anos, que lutou bravamente por trinta dias e que hoje me acompanha em todos os lugares que vou, porém dentro do meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, José Luiz Guelfi Filho, pelo apoio e amparo em todos os momentos, por acreditar em mim e apoiar a busca pela realização dos meus sonhos.

Agradeço ao meu irmão, Gustavo Luiz Pereira Guelfi, por ser o meu melhor amigo e nunca me deixar parar de acreditar nos meus sonhos. Meu irmão é a peça-chave, minha base e fortaleza.

Agradeço ao meu avô, Pedro Carlos Pereira, e a minha avó, Elza Aredes Pereira, por terem financiado meus estudos e proporcionado as melhores oportunidades em minha vida educacional. Além do incentivo, amor e confiança que sempre me entregaram.

Agradeço ao meu avô, Jose Luís Guelfi, e a minha avó, Dolores da P. Sanchez Guelfi, pelo amor, carinho e cuidado que sempre me dedicaram.

Agradeço a minha segunda mãe, Carmem Lúcia Purcino, que sempre foi presença fundamental em minha vida e mesmo com o tempo se fez perto em minhas lembranças, pensamento e coração.

Agradeço a Lidiane Oliveira, Renata Marconi e Cristiane Paião pela confiança, amizade e carinho que sempre me dedicaram. Além de todo conhecimento.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como finalidade analisar o papel dos deputados da Câmara Federal, ligados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), popularmente conhecida como Bancada Evangélica, durante o processo do impeachment da então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016. Assim, nossa pergunta-chave de pesquisa é a seguinte: qual foi o papel dos deputados da frente evangélica no processo de impeachment da Dilma Rousseff e que argumentos utilizaram para justificar seus votos? Para responder ao questionamento se estuda, por um lado, a trajetória política Dilma Rousseff, e de outro a chegada e o crescimento dos evangélicos no Brasil, sua inserção na política e atuação no processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Os resultados obtidos comprovam que a atuação as justificativas desses deputados para votar não se pautaram por motivos políticos, mas sim por valores éticos e de crença o que poderia explicar a instauração, em certa medida, da pauta conservadora no país.

Palavras-chave: Bancada evangélica; Política; Jornalismo; Impeachment; Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The purpose of this research paper is to analyze the role of the federal deputies of the Chamber associated to the Parliamentary Evangelical Front (FPE), popularly known as Evangelical Caucus, during the impeachment process of the then President of Brazil, Dilma Rousseff, in 2016. Therefore, the question is: what was the role of the deputies of the evangelical caucus in Dilma Rousseff's impeachment process and which arguments were used to justify their votes? To answer this question we study Dilma Rousseff's political trajectory, the arrival and growth of the evangelicals in Brazil, their political insertion and performance in the impeachment process of President Dilma Rousseff. The obtained results prove that these deputies did not vote based on political motives but on ethical values and beliefs, which could explain the establishment of the conservative agenda in the country.

Keywords: Evangelical caucus; Politics; Journalism; Impeachment; Dilma Rousseff.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI = Comissão Parlamentar de Inquérito

FPE = Frente Parlamentar Evangélica

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IURD = Igreja Universal do Reino de Deus

PDC = Partido Democrata Cristão

PEC = Projeto de Emenda Constitucional

PFL = Partido da Frente Liberal

PL = Projeto de Lei

PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP = Partido Progressista

PPB = Partido Progressista Brasileiro

PPR = Partido Progressista Reformador

PSC = Partido Social Cristão

PSOL = Partido Socialismo e Liberdade

PSL = Partido Social Liberal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DILMA ROUSSEFF	13
3.1 Trajetória	13
3. A RELIGIÃO EVANGÉLICA	18
4.1 A história da religião evangélica no Brasil	18
4.2 Chegada dos evangélicos na política	20
4.3 Instituições religiosas mais frequentadas por parlamentares em 2014	24
4.3.1 Assembleia de Deus	25
4.3.2 Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)	26
4.3.3 Igreja Batista	27
4. IMPEACHMENT	29
5.1 O que é o Impeachment	29
5.2 Contexto Histórico	29
5.3 Impeachment de Dilma Rouseff	33
5. ATUAÇÃO DA BANCADA EVANGÉLICA	38
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	59
1 Anexos A: Bancada Evangélica em 2014	59
2 Anexo B: Deputados da Frente Parlamentar Evangélica da legislatura 2015-2019 com processos no STF*	65
3 Anexo C: Nota à Nação Brasileira	67
APÊNDICE	68

1 INTRODUÇÃO

Após o término de seu primeiro mandato em 2014, Dilma Rousseff, PT, chega à Presidência da República do Brasil, pela segunda vez, em meio a manifestações públicas de descontentamento com o governo e entre disputas políticas ocorridas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Mesmo com um currículo político que perpassava por funções como Secretária Municipal, Ministra de Minas e Energia até Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, no exercício do poder, enfrentou forte oposição entre os parlamentares e após a votação na Câmara e no Senado, perdeu o seu cargo por meio do processo de impeachment, em 2016.

O presente trabalho tem como finalidade expor a trajetória política de Dilma e os fatores que levaram ao seu impedimento, numa perspectiva analisar o papel da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), popularmente conhecida como Bancada Evangélica, durante este período importante da política brasileira. Após recontar a história da vinda e instalação da religião Protestante no Brasil, serão analisados o aumento do número de fiéis evangélicos no país e a entrada da religião na política brasileira.

O foco deste trabalho está em mostrar o papel desenvolvido pela bancada evangélica durante o impeachment de Dilma Rousseff. Para tanto utilizamos como referências livros, artigos e notícias veiculadas na imprensa relacionadas com o tema proposto. Dessa maneira, conseguimos identificar as relações entre os parlamentares da bancada evangélica e o processo de impedimento da então Presidenta.

O tema ainda se faz relevante se considerarmos que as alianças governamentais feitas durante o período de crise do governo, em 2016, puderam contribuir ativamente para a situação política atual do Brasil. Assim, o objetivo do trabalho é analisar o envolvimento dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica, popularmente conhecida como Bancada Evangélica, e entender sua relação com o processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, iniciado no final de 2015 e encerrado em agosto de 2016.

Para atingir o objetivo geral, o projeto se propõe a mostrar a trajetória da religião evangélica no país; analisar a introdução da política na religião; entender as razões para a alteração do número de deputados federais evangélicos; relembrar a história e trajetória da então Presidenta Dilma Rousseff e analisar os discursos dos políticos, bem como ver o envolvimento dos deputados evangélicos no impeachment de Dilma.

O Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido analisando, por meio de observação de dados, o aumento dos adeptos à religião evangélica no Brasil e a participação

política dos fiéis, principalmente a atuação dos deputados participantes da Frente Popular Evangélica (FPE), popularmente conhecida como Bancada Evangélica.

Toda essa construção visa a responder nossa pergunta de pesquisa: qual foi o papel dos deputados da frente evangélica durante o processo de impeachment da Dilma Rousseff e quais argumentos utilizaram para justificar seus votos?

Dessa maneira, a monografia foi estruturada nos seguintes capítulos. Iniciamos, no capítulo 2, contando um pouco sobre a história do jornalismo político no Brasil. Já no capítulo 3, mostra a trajetória política de Dilma Rousseff, com a intenção de mostrar seu lado pouco conhecido, qual seja sua passagem, desde a época estudantil até galgar o cargo de Presidenta da República. Dando prosseguimento, no capítulo 3, é abordada a questão da religião protestante e sua inserção na política do país, fato esse relevante pelo crescimento expressivo de números de adeptos às práticas evangélicas e como resultado prático, o aumento de representantes evangélicos na Câmara dos Deputados. A seguir, o capítulo 3 tem como objetivo descrever como se deu o processo de impeachment para o qual se descreve o ambiente político onde esse episódio se concretizou. Finalmente, no último capítulo, destina-se a aferir como os deputados evangélicos votaram e que argumentos utilizaram para votar a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

2. DILMA ROUSSEFF

A história da primeira mulher a chegar à Presidência da República do Brasil se inicia com o casamento do advogado e empreendedor búlgaro, Pedro Rousseff, com a professora carioca, Dilma Jane da Silva. Da união vieram três filhos: Igor, Dilma e Zana.

Dilma Vana Rousseff, a filha do meio, nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Durante sua vida escolar, frequentou por oito anos o Colégio Nossa Senhora do Sion, exclusivo para meninas e com forte tradição católica.

Ao atingir a etapa escolar do Ensino Médio, começou os estudos no então Colégio Estadual Central, local reconhecido como “centro da efervescência estudantil da capital mineira” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011-2016). Desta forma, foi em meados da década de 60 que Dilma Rousseff se afeioou a área de política, principalmente após o Golpe de Estado, mais conhecido como Golpe de 64, que derrubou o governo de João Goulart e colocou como Presidente da República o marechal Humberto Castello Branco. O fato acabaria instaurando e consolidando o período da ditadura militar no Brasil.

Segundo matéria publicada pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Inmetro (Asmetro - SN), começou na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), movimento que, na sua origem, era uma espécie de coalizão de dissidentes, com quadros do PCB, do PSB e do trabalhismo, além de trotskistas e outros marxistas. Na Polop, ela conheceu o primeiro marido, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares. Ao lado dele, mais tarde, optou pela luta armada e se juntou ao Comando de Libertação Nacional (Colina). (JUSTE, 2010)

Após a separação, em 1969 iniciou um relacionamento com o militante e advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. O casal participou ativamente da Vanguarda Revolucionária Palmares (VARPalmares), grupo formado pela união entre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), com o objetivo de combater o regime imposto no período.

Em 1970, sob tortura, um companheiro de militância acabou delatando Dilma Rousseff, que passou a ser perseguida pela Justiça Militar e foi presa pela Operação Bandeirante acusada de cometer o crime de “subversão”. Dilma prestou depoimento no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), onde foi torturada, e depois ficou presa de 1970 a 1972 no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Ao sair do local, mudou-se para Porto Alegre, capital gaúcha, em 1973, onde prestou vestibular e pôde retomar seus estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1975, Dilma Rousseff trabalhou como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), ligada ao governo gaúcho. No ano seguinte, segundo a Biografia Oficial de Dilma, “dá à luz a filha do casal, Paula Rousseff Araújo”. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011-2016).

Em 1979 trabalhou na campanha pela Anistia, ajudou o então marido a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul, onde atuou como assessora da bancada entre 1980 e 1985. Segundo a Biografia Oficial da Presidência, no ano seguinte, foi escolhida pelo “então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares”, primeiro prefeito eleito democraticamente em Porto Alegre após a ditadura, para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Após os 21 anos de ditadura militar instaurados no Brasil, em 1985, ocorreu a primeira eleição presidencial, porém de forma indireta. No cargo de Diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, Dilma pode atuar na campanha de Leonel Brizola e no segundo turno apoiou o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), metalúrgico, líder sindical e líder da criação do partido em 1980.

Ainda de acordo com sua Biografia Oficial, em 1990, Dilma Rousseff retorna à Fundação de Economia e Estatística, porém como presidente da instituição. Em 1993 torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do governo do Rio Grande do Sul, durante o mandato de Alceu Collares.

O ex-governador do RS Alceu Collares conta sobre a atuação de Dilma nos primórdios do PDT. “Dilma estava junto com a gente desde o começo das conversas sobre o que a gente queria que fosse o movimento dos trabalhistas”, conta. “Fizemos reuniões para montar nosso plano de governo para Porto Alegre. Grande parte desses programas foi feita na casa dela”, diz ele. (JUSTE, 2010)

Dilma permaneceu no cargo público até o fim do mandato de Alceu. Em 1998, Dilma Rousseff volta a estudar e começa o seu doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), porém não consegue concluí-lo, uma vez que estava trabalhando na campanha de Olívio Dutra, que sucederia o governo gaúcho. “A aliança entre PT e PDT elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011-2016).

Segundo a Biografia Oficial, após anos trabalhando ligada ao PDT, Dilma filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2001. Para Marília Juste, o fato ocorreu em função do rompimento de Brizola e o PDT com “os petistas”. Em função disso, “Dilma e outras lideranças do partido no Rio Grande do Sul optaram por deixar o PDT e se unir ao PT de Dutra” (JUSTE, 2010)

Neste período, acabou chamando a atenção de Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que o Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados que não foram atingidos pelo racionamento de energia durante o ano de 2001, na conhecida Crise do Apagão que atingiu o Brasil em função da falta de investimentos no setor, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e a uma grande seca que atingiu o país.

Após sua quarta candidatura e tentativa de chegar à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva vence as eleições em 2002 e “Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010).” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011-2016). Após a posse do então Presidente Lula, Dilma é convocada para ocupar o cargo de Ministra de Minas e Energia do governo federal.

No ministério, Dilma apresentou um modelo para mudar a regulamentação do setor elétrico, mantendo a presença privada, mas aumentando as funções de regulamentação e controle do Estado. E lançou o projeto “Luz para Todos”, para levar energia elétrica às áreas rurais ainda não atendidas pelas redes principais do país. (JUSTE, 2010)

Segundo a Biografia Oficial, entre os anos de 2003 e 2005, Dilma Rousseff reformula as leis, regulamentos e normas técnicas ligadas às práticas de seu ministério e passa a presidir o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A., empresa majoritariamente estatal mais conhecida como Petrobrás.

Entre os anos de 2005 e 2006, foram expostos escândalos de políticos ligados ao governo Lula, onde muitos deles eram acusados de envolvimento no esquema de corrupção praticado através da compra de votos dos parlamentares do Congresso, com recursos do Partido dos Trabalhadores, fato que ficou conhecido como Mensalão. Após ser citado no esquema, o então deputado Roberto Jefferson resolveu divulgar detalhes das práticas corruptas e mais do que isso, apontou o então Chefe da Casa Civil, José Dirceu, como o líder do esquema. Após a acusação, Dirceu foi derrubado do cargo de ministro e retornou às suas atividades de deputado.

Em função da admiração do trabalho exercido por Dilma Rousseff e em meio aos escândalos que o PT e seus parlamentares estavam envolvidos, o então Presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva, escolheu Dilma, em 2005, para ocupar o cargo de Chefe da Casa Civil, que anteriormente pertencia a José Dirceu.

Durante o tempo de trabalho, Dilma ficou responsável pela coordenação da Comissão Interministerial, órgão com a finalidade de elaborar as regras que viriam a ser impostas para a exploração das reservas de petróleo do então recém-descoberto Pré-Sal. Ainda de acordo com sua Biografia Oficial, no mesmo período Dilma Rousseff assumiu “a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida”. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, s/d).

Em abril de 2010, Dilma Rousseff deixa seu cargo no Governo Federal para poder dedicar-se a sua candidatura à Presidência. Dilma já era citada por Lula como escolhida para a sucessão do cargo desde 2008, porém foi em junho de 2010 que o Partido dos Trabalhadores (PT) oficializou sua candidatura ao cargo com a escolha de Michel Temer (PMDB) como vice. De acordo com matéria publicada no Portal G1 em junho de 2010, a autora Nathalia Passarinho revela que em seu discurso para início da campanha eleitoral, Dilma se auto intitulava como “uma mulher que vai continuar o governo de Lula. Mas que fará o Brasil de Lula com alma e coração de mulher” (PASSARINHO, 2010).

Após o primeiro turno das eleições, Dilma deu uma pausa em sua campanha eleitoral para batizar na Igreja Católica o primeiro neto, filho de Paula Rousseff. Em entrevista à imprensa após a cerimônia, segundo a agência de notícias Reuters, Dilma relata “O batismo é um sinal. Fui batizada e crismada e acho que meu neto também deveria ser. É a religião da minha família” (REUTERS, 2010). Ainda de acordo com o Portal G1, durante sua campanha, Dilma promoveu encontros com lideranças religiosas católicas e evangélicas, claramente uma “tentativa de reaproximação do eleitorado religioso”, após uma notícia ser veiculada na internet relatando que Dilma acreditava na vitória da eleição e “nem Jesus Cristo” mudaria o quadro” (REUTERS, 2010).

Após dois mandatos consecutivos na Presidência da República, em dezembro de 2010, Luiz Inácio Lula da Silva deixa o cargo com uma taxa de aprovação de 87%, segundo levantamento do Ibope solicitado pela Confederação Nacional da Indústria.

No dia 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff é eleita, aos 63 anos, como a primeira mulher Presidente da República, com 56,05% da preferência do eleitorado, o que significa, aproximadamente, 56 milhões dos votos válidos do segundo turno da eleição. Em 2011, Dilma e seu vice-presidente, Michel Temer (PMDB), iniciaram os trabalhos nos respectivos cargos no dia primeiro de janeiro de 2011.

Quando Dilma assumiu o cargo de Presidente da República, encontrou o país “no contexto de uma economia que se recuperava com êxito dos efeitos da crise financeira global de 2008 e em um cenário de grande otimismo” (BASTOS, 2017, p. 17). Porém em 2013, após uma manifestação contra o aumento do valor cobrado na tarifa do transporte público em São Paulo, uma onda de protestos acabou tomando conta do Brasil e causou o que ficou conhecido como Manifestações de Junho de 2013. Isso, atrelado aos altos valores gastos com reformas para a Copa do Mundo, acabaram potencializando as manifestações.

Após a onda de protestos inicialmente contra o governo de Dilma Rousseff e depois contra Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT), foi protocolado, em 2015, um pedido de impeachment para a então Presidente da República.

Em 12 de maio de 2016, dois anos antes do término de seu segundo mandato, a Presidenta Dilma Rousseff foi afastada da função de chefe de estado em decorrência da aprovação de denúncia de crime de responsabilidade nº 1/2015, parecer nº 475/2016 com votação e aprovação na Câmara dos Deputados em abr/2016 e encaminhados ao Senado Federal para votação de impeachment em desfavor da Presidenta. (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, s/d)

No dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal aprovou a denúncia de crime de responsabilidade durante o governo de Dilma Rousseff e aplicou “a sanção de perda do cargo de Presidente da República” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, s/d).

Após passarmos pela trajetória política e pessoal de Dilma Rousseff, faz-se necessário uma breve apresentação da história da religião evangélica no Brasil. Em detrimento disso, no capítulo seguinte serão mencionados os percursos enfrentados por três igrejas evangélicas, escolhidas de acordo com a relevância no presente trabalho, e a participação da religião na política brasileira.

3. A RELIGIÃO EVANGÉLICA

A religião protestante foi fundada na Europa em 1517, após o padre Martinho Lutero escrever e pregar na porta de uma igreja em Wittenberg, na Alemanha, 95 teses que atacavam atitudes da Igreja Católica, dentre elas a venda de indulgências aos fiéis. O Papa Leão V exigiu uma retratação do sacerdote, mas ao contrário disso, Lutero rompe com a Igreja Católica e o fato inicia a Reforma Protestante, movimento que espalhou e instalou-se pela Europa. Após a adesão no país, a religião chegou na América do Norte, onde “passaram por um sem número de transformações institucionais, teológicas e culturais que fizeram deles um fenômeno religioso virtualmente de suas origens históricas mais próximas”. (MENDONÇA, 1990. p.12).

Segundo Antônio Gouvêa Mendonça, autor de livros que abordavam o estudo da Sociologia do Protestantismo e História Social, a religião protestante foi introduzida no Brasil no início do século XIV, entre 1555 e 1560, através da chegada da expedição francesa Villegaignon, no Rio de Janeiro, com a intenção de “fundar a França Antártica e onde os huguenotes pudessem praticar livremente o culto reformado” (MENDONÇA, 2008, p. 38). Porém, ainda segundo o autor, “fatores de ordem não religiosa colaboraram para a ruína da força Antártica” (MENDONÇA, 2008, p. 38) e os franceses ligados à expedição protestante francesa acabaram sendo expulsos do Brasil.

Já entre 1630 e 1654, ocorreu “a mais séria e duradoura tentativa de implantar uma civilização protestante no Brasil” (MENDONÇA, 2008, p. 39) com a presença dos holandeses que se instalaram no Nordeste.

Durante quinze anos (1630 - 1645), Pernambuco e outras áreas do Nordeste brasileiro foram protestantes. Embora Maurício de Nassau fosse bastante tolerante com os católicos, o esforço dos “predicantes” logo conseguiu reunir flamengos, ingleses e franceses moradores no Recife e, com eles, organizar a primeira igreja. Procurando aprender a língua geral, os pregadores holandeses não perderam de vista os indígenas, os africanos e os portugueses. (MENDONÇA, 2008, p. 39).

Para Antônio, a intenção da vinda dos protestantes estrangeiros ao Brasil “[...] foi basicamente de natureza imigratória e decorreu da abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês (1810) e do incentivo governamental à imigração europeia [...] poucos anos depois”. (MENDONÇA, 2002 p. 12)

Porém, com a instauração da Era da Inquisição no Brasil, com o objetivo de combate às heresias e fortalecimento da Igreja Católica, no século XVIII, paralisou o crescimento do protestantismo no país. Antonio Gouvêa Mendonça, Erasmo Braga e Kenneth G. Grubb,

classificaram o período como “idade das trevas” (MENDONÇA, BRAGA, GRUBB; 2008, p. 44).

Com a vinda da Família Real portuguesa ao Brasil, D. João VI, principalmente por causa da dependência portuguesa em relação à Inglaterra, expressa no ato de abertura dos portos “às nações amigas”, foi o momento onde protestantes anglo-saxões começaram a chegar e se estabelecer no Brasil, com relativa liberdade para suas práticas religiosas.

Assim, progressivamente, da Constituição de 1824 até a de 1891, foi sendo reduzida a hegemonia católica, e os protestantes foram conquistando o seu lugar no espaço social brasileiro. Vieram, espalhando suas bíblias e praticando seu culto dentro de normas legais muito restritivas, tanto à propaganda religiosa como às formas arquitetônicas de seus lugares de serviços religioso. Assim, até 1824, ingleses, alemães, suecos e americanos chegaram e viveram sua fé conforme a situação lhes permitia (MENDONÇA, 2002, p. 42)

Vale ressaltar que apesar de serem conhecidos como um grupo de protestantes, a religião mencionada é extremamente fragmentada e pode ser dividida entre os luteranos, calvinistas, metodistas, etc. A instalação no Brasil ocorreu inicialmente através dos fiéis adeptos das práticas anglicanas, episcopais e, segundo Mendonça (2002), “em número muito maior, luteranos” (MENDONÇA, 1990, p. 12). Porém, após toda tentativa anterior de fixar o protestantismo no Brasil, foi apenas durante o reinado de Dom Pedro II (1825-1891) que ocorreram as primeiras missões protestantes no país, organizadas por missionários estrangeiros com a “finalidade explícita de propagar sua fé” (MENDONÇA e VELASQUES FILHO, 2002, p. 12). O movimento foi o responsável pela instalação da Igreja Congregacional, Presbiteriana, Metodista e a Episcopal.

Após a instauração e consolidação dos grupos protestantes no Brasil, o processo de crescimento deu-se de modo lento até os anos 2000. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980 apenas 6,6% da população brasileira se afirmava evangélica. Já em 1991, esta parcela aumentou para 9,0%. Porém, “em 2000, cerca de 26,2 milhões de pessoas se declaravam evangélicas, 15,4% da população. Em 2010, o número passou a 42,3 milhões, 22,2% dos brasileiros.” (DIP, 2018, p. 27). Segundo o livro *Em nome de quem? A Bancada evangélica e seu projeto de poder*, a jornalista Andrea Dip demonstra que os números acima correspondem a “um aumento de 61,45% em 10 anos no Brasil” (DIP, 2018, p. 27).

Até 2020, não haverá um novo censo oficial, embora existam estudos periódicos que servem para mostrar tendências estatísticas. Com base em um desses estudos, José Eustaquio Diniz Alves, demógrafo da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, afirma que essa tendência é mantida e que

"é possível que em 10 ou 15 anos o Brasil não tenha mais a maioria da população católica. (GUIAME, 2018)

3.2 Chegada dos evangélicos na política

A participação dos evangélicos no governo do Brasil iniciou-se em 1934, período da Segunda República, onde “alguns poucos protestantes históricos ingressaram na política, fazendo parte da Constituinte de 1934” (GOUVÊA, 2008, p.67). Porém, segundo o vídeo publicado pelo escritor, José Almeida Júnior, no YouTube, foi apenas na década de 60 que as “igrejas Pentecostais e Neo-Pentecostais, passaram a se envolver diretamente nas eleições [...] com a denominação chamada de Brasil para Cristo e elegeram um deputado federal e um deputado estadual”. (ALMEIDA JR, 2019).

A entrada dos evangélicos na política institucional nos anos de 1980 visou mais à canalização de recursos para a rede religiosa (isenção de impostos e concessões de meios de comunicação) do que uma ação contundente no sentido de maior regulação dos comportamentos (sexuais e reprodutivos), dos corpos (transgênero e pesquisas genéticas) e dos vínculos primários (casamento e adoção gay). (ALMEIDA, 2017, p. 16)

Porém, o grupo só teve uma entrada expressiva no meio quando a “Assembleia de Deus se organizou para tentar eleger um deputado de cada estado para as eleições de 1986. E foram as eleições que formaram a Assembleia Constituinte” (ALMEIDA JR, 2019). Com o passar dos anos, “os evangélicos criaram partidos próprios e alcançaram postos, secretarias, ministérios e governos, em um frutífero desempenho”. (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p.4).

Depois da presença de poucos precursores, a chegada definitiva dos evangélicos ao Congresso Nacional, deveu-se muito à preocupação de grande parte de suas igrejas em se defender, no momento em que se escreveria a nova Constituição para o país, de uma eventual devolução de privilégios antigos e exclusivos ao catolicismo. (PIERUCCI, 1996 In: PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 3)

Para Andrea Dip, ao mesmo tempo que a população adepta à religião evangélica crescia, “o número de evangélicos no Parlamento” (DIP, 2018. p. 26) também cresceu. Segundo Ronaldo de Almeida, “os evangélicos ascenderam demograficamente e produziram seus canais políticos no Legislativo e no Executivo, mas em menor incidência no Judiciário.” (ALMEIDA, 2017, p. 7).

Até que em 2003 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), popularmente conhecida como Bancada Evangélica, a partir da promulgação do “registro de criação de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005). O

objetivo era “promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

Dentre os temas levantados pelos deputados federais ligados à Bancada Evangélica, percebe-se uma “disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários” (ALMEIDA, 2017, p. 16), repudiando, assim, temas que tangem “à moral sexual” (PRANDI ; CARNEIRO, 2017, p. 2), “pena de morte, aborto e eutanásia, cada um com suas justificações teológicas específicas [...]” (ALMEIDA, 2017, p. 2).

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), é classificado “como integrante da bancada evangélica, além dos bispos e pastores, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica.” (DIAP, 2014)

Nas eleições de 2014, através de um levantamento realizado pelo Diap, pode-se constatar que dos 513 deputados eleitos para assumir o cargo no ano seguinte, 74 compunham a bancada evangélica, sendo “35 são novos/as, e 39 foram reeleitos/as”. (DIAP, 2014) Antônio Augusto de Queiroz (2014), presidente da Diap, afirmou um dia após as eleições de outubro de 2014 que “o novo Congresso é o mais conservador desde 1964”.

Congressistas que defendem agendas conservadoras ganharam força na Câmara nas eleições. Estimativas apontam aumento dos integrantes das bancadas evangélica, ruralista e “policial”. A configuração deve dificultar o debate de leis liberalizantes, como a legalização do aborto e das drogas e da pauta ambiental e indígena. (FOLHA DE S. PAULO, 2014)

O crescimento significativo dos evangélicos no Congresso se traduziu, também, na conquista de cargos importantes no legislativo. Para ilustrar essa ascensão faremos uma exposição, nas linhas seguintes, de alguns de seus mais conhecidos representantes.

Dentre os parlamentares diretamente ligados à religião evangélica no Brasil, vale ressaltar Everaldo Dias Pereira, popularmente conhecido como Pastor Everaldo (PSC). O pastor é nascido e criado em família com base evangélica, casado com a cantora gospel Ester Batista e pai de três filhos. Ligado à política desde 1982, Everaldo passou por diversas etapas do meio, desde cabo eleitoral na campanha de amigos até o papel de “negociar o apoio de evangélicos à campanha presidencial” (CUNHA; LEITE; LUI, 2017, p. 19) de Leonel Brizola (PDT) em 1989. “No segundo turno, a pedido do pedetista, atuou como articulador do apoio dos evangélicos ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e chegou a organizar um almoço de apoio a Lula com mais de 300 pastores na Baixada Fluminense” (CUNHA; LEITE; LUI,

2017, pg. 19). Em 2002, o parlamentar filiou-se ao Partido Social Cristão (PSC), atuou como vice-presidente entre 2003 e 2014 e desde 2015 é o presidente do partido.

Porém, ainda em 2014, o pastor foi o responsável pela primeira candidatura evangélica oficial à Presidência da República do Brasil. Seguindo a linha de pensamento e ideologia ligada à Bancada Evangélica, o pastor defendia “pautas caras à Igreja e à parcela mais reacionária da sociedade, como a defesa da vida desde a concepção e a noção de que a família tradicional é composta apenas por homem, mulher e filhos” (DIP, 2018, p. 30). “Em junho de 2014, Pastor Everaldo oscilava entre 3% e 4% das intenções de voto. Em tom motivacional, o slogan da campanha dizia: ‘Fé em um Brasil melhor’ ” (CUNHA; LEITE; LUI, 2017, p. 18). No momento em que lançou sua candidatura à Presidência, Everaldo

era pastor auxiliar da Assembleia de Deus (Ministério de Madureira), igreja evangélica com maior número de fiéis no Brasil, ultrapassando a casa dos 12 milhões, segundo dados do Censo 2010 do IBGE. No PSC, exercia o cargo de vice-presidente. (CUNHA; LEITE; LUI, 2017, p. 18-19)

A Igreja Assembleia de Deus, precisamente a do Ministério de Madureira, foi fundada no Rio de Janeiro em 1929. Após o processo de crescimento e fortalecimento, entre os anos de 2014 e 2016, a sede reuniu nomes importantes para o presente trabalho, como Eduardo Cunha, Jair Messias Bolsonaro e Michel Temer.

O então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, frequentou por mais de dez anos a Igreja Evangélica Sara Nossa Terra. Em fevereiro de 2015, Cunha deixou a igreja e passou a frequentar a Assembleia de Deus de Madureira. De acordo com a jornalista Andrea Dip, da *Agência Pública*, na matéria Os Pastores do Congresso mostra que “Cunha trocou a igreja Sara Nossa Terra [...] pela Assembleia de Deus. A primeira tinha pouco mais de 1 milhão de fiéis, enquanto sua igreja atual tem mais de 13 milhões de seguidores, segundo o IBGE” (DIP, 2015). Porém, em matéria publicada na revista *Veja*, o jornalista Lauro Jardim afirma que “Eduardo Cunha bota um pé em cada canoa quando o assunto é religião” (GOSPELMAIS, 2015). A afirmação de Lauro dá-se em função do então Presidente da Câmara ter mantido relações positivas e próximas com a primeira igreja em que frequentava.

Quando ele foi eleito presidente [da Câmara dos Deputados em 1 de fevereiro de 2015], o pastor Abner deu a ele um título de membro honorário da Igreja de Madureira. Então é assim uma coisa ímpar. Então ele se tornou membro da Assembleia de Deus de Madureira, membro honorário, certo? Então ele tem essa afinidade com os evangélicos, com todos os evangélicos. Ele coloca essas pautas caras pra nós e está sempre ajudando lá a combater qualquer coisa que seja contrária. (CUNHA; LEITE; LUI, 2017, pg. 22-23)

Eduardo Cunha, “peça-chave no impeachment de Dilma Rousseff” (DIP, 2018, p. 32), em setembro de 2016 “teve seu mandato cassado por quebra de decoro parlamentar, após ser acusado de mentir à CPI da Petrobras” (CUNHA; LEITE; LUI, 2017, pg. 24-25). Afastado do cargo, Cunha foi preso no mês seguinte, e condenado a mais de quinze anos de prisão “pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas” (PORTAL G1, 2017).

Outro parlamentar ligado à Igreja Assembleia de Deus é Jair Messias Bolsonaro, que ingressou na carreira política em 1990, onde conquistou o primeiro dos sete mandatos consecutivos no cargo de Deputado Federal. Bolsonaro mudou cinco vezes de partido entre 1990 e 2016, passado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido da Frente Liberal (PFL) Partido Progressistas (PP). Em 2016, Jair Bolsonaro filiou-se ao Partido Social Cristão (PSC), liderado pelo pastor Everaldo, e em março de 2016 foi lançado a pré-candidato à Presidência de 2018.

Quando o assunto é a religião, Bolsonaro foi criado seguindo os costumes e tradições da Igreja Católica. Porém, em 2007, após o início de seu relacionamento com Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, a esposa foi a responsável pela transição do parlamentar para a religião evangélica. Em 2011, quando questionado em entrevista para a Revista Época sobre qual religião seguia, Bolsonaro afirmou “acredito em Deus, essa é a minha religião. Sou um católico que, por 10 anos, frequentou a Igreja Batista” (ÉPOCA, 2011).

Porém, em maio de 2016, durante a votação do processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, Jair Messias Bolsonaro publicou um vídeo em suas redes sociais mostrando o seu batismo na religião evangélica, nas águas do Rio Jordão, em Israel. O fato importante a ser ressaltado é que o pastor responsável pela celebração era o presidente do seu então partido PSC, o Pastor Everaldo.

Ainda no mesmo ano, Bolsonaro rompe com o PSC e com o Pastor Everaldo e migra para o Partido Social Liberal (PSL), partido onde concorreu e venceu as eleições presidenciais de 2018.

Michel Temer iniciou sua trajetória na política em 1964, como “oficial de gabinete de Ataliba Nogueira, secretário de Educação do governo de São Paulo” (EXAME, 2019). Em 1981, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antigamente intitulado como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o qual permanece até os dias de hoje.

Em sua carreira política, Temer passou por cargos que foram desde a procurador-geral do Estado de São Paulo, secretário de Segurança Pública a até seis mandatos como Deputado

Federal. “Em 2009, foi apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como parlamentar mais influente do Congresso Nacional.” (EXAME, 2019)

Porém, em junho de 2010, Temer foi anunciado pelo PMDB como candidato à Vice-Presidência para as eleições, acompanhando Dilma Rousseff. Com a vitória da chapa, Temer acompanhou Dilma durante o primeiro mandato e “foi responsável pela articulação política do governo, com a saída de Pepe Vargas da Secretaria de Relações Institucionais, no início de abril de 2015. Em dezembro daquele ano, Temer escreveu uma carta em que se dizia “vice decorativo” e que não era ouvido pela então presidenta.” (EXAME, 2019). Já no segundo mandato de Dilma, em março de 2016, “o PMDB decidiu deixar a base do governo para apoiar o processo de impeachment que tramitava na Câmara dos Deputados.” (EXAME, 2019).

Em seu primeiro pronunciamento à nação, Michel Temer falou, em tom profético, que faria um governo religioso, se remetendo à etimologia da palavra religare – no latim, religar. Disse que religaria a nação e os políticos em torno de um projeto comum: o de fazer o Brasil prosperar. Seria um governo de união. O contexto social e político possibilitava, ou até estimulava, o uso da palavra “religião” como meio de falar para todos, como um código que estabelece uma comunicação para dentro e para fora da esfera político-partidária.” (CUNHA; LEITE; LUI, 2017, p. 18)

Ao se tratar de religião, em entrevista concedida ao *Folha Evangélica de Brasília*, disponível no Youtube, Michel Temer (PMDB) afirma ter sido criado segundo a tradição cristã e que apesar de ser católico, mostrou uma grande aproximação com os religiosos evangélicos.

E o que eu mais frequentei em São Paulo foram as igrejas evangélicas. Os pastores, meus amigos, me levavam para dar uma palavra e eu ficava extremamente admirado como os evangélicos prestam um serviço extraordinário a sociedade brasileira, porque pregam os valores, que nós todos sabemos, os valores cristãos que como disse constituem a pauta da minha conduta. Interessante, acho que Deus me mandou aqui para a Câmara dos Deputados e quando cheguei aqui e contratei as pessoas que iriam trabalhar comigo, eram todos evangélicos. No meu gabinete são todos evangélicos. (TEMER In: EVANGÉLICA, 2010)

3.3 Instituições religiosas mais frequentadas por parlamentares em 2014

Após análise do Anexo A (DIAP, 2014) deste trabalho, foi observado que dentre os 74 deputados participantes da Bancada Evangélica, em 2014, 27 parlamentares frequentavam a Assembleia de Deus, 11 a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e sete a Igreja Batista. Em função disso, as três igrejas foram selecionadas como objeto de pesquisa, mas antes de

iniciá-la, torna-se necessário passar rapidamente sobre as histórias de cada uma das instituições religiosas.

3.3.1 Assembleia de Deus

A Assembleia de Deus começou sua história no Brasil no início do século XX, com a vinda de dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren. Segundo o site da instituição, a viagem ocorreu após uma profecia que mostrou a ambos que tinham a missão de vir ao Brasil, precisamente no Pará, e levar ao povo a mensagem pentecostal, como por exemplo, a testificação de Jesus “ênfatizando a salvação, o batismo com o Espírito Santo, a cura divina e o uso dos dons espirituais” (ADBELEM, s/d) e sempre “ministrada com a devida base bíblica” (ADBELEM, s/d).

Segundo a matéria “Gunnar Vingren e Daniel Berg – A história dos fundadores da Assembléia de Deus no Brasil”, de Renato Cavallera (2011), os dois missionários se conheceram os Estados Unidos, pouco tempo antes da vinda ao Brasil. Berg e Vingren chegaram a Belém em 19 de novembro de 1910, sem conhecer o idioma local e com poucos recursos financeiros. No início, ministravam seus cultos na língua sueca, mas quando passaram a compreender a língua falada no Brasil, começaram a propagar aos nativos o protestantismo. Aos poucos a mensagem passada pelos suecos ia se propagando.

A evidência da mensagem pentecostal levou a direção da Igreja Batista a uma tomada de posição. Em uma reunião extraordinária, foi solicitado que todos os que estivessem de acordo com a nova doutrina se manifestassem. Para surpresa geral, dezenove irmãos — a maioria, portanto — levantaram-se. Uns porque já eram batizados com o Espírito Santo, e os outros, porque criam que poderiam receber a promessa. O grupo alinhado ao ensino pentecostal foi ilegalmente excluído pela minoria presente, delineando as bases do movimento pentecostal no solo brasileiro. (ADBELEM, s/d)

Em função disso, passaram a reunir-se em um salão da cidade e no dia 18 de junho de 1911, foi fundada a Missão de Fé Apostólica, o que viria a ser a Assembleia de Deus. Segundo o site oficial, “supõe-se que o nome escolhido para a nova denominação esteja ligado às igrejas que na América do Norte professavam a mesma doutrina e foram denominados de Assembleia de Deus ou Igreja Pentecostal.” (ADBELEM, s/d).

O trabalho feito pelo grupo foi se expandindo rapidamente e “o grande crescimento da obra levou os pastores consagrados a assumirem trabalhos em outras localidades e estados, ampliando as fronteiras da mensagem pentecostal no Brasil.” (ADBELEM, s/d) Atualmente, de acordo com o site da instituição religiosa, “os templos e congregações da igreja são

verdadeiras agências do Reino de Deus em qualquer cidade ou lugarejo desta nação, mesmo nos lugares de mais difícil acesso.” (ADBELEM, 2000-2019).

3.3.2 Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)

O fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Edir Macedo, nasceu em 18 de fevereiro de 1945, em Rio das Flores, Rio de Janeiro. Em 1971, após oito meses de namoro e noivado, Edir casou-se com Ester Eunice Rangel. Quando o casal esperava por Viviane, sua segunda filha, descobriram que a menina nasceria com a doença do lábio leporino e palato fendido. Em função da dor causada pela doença, Edir decidiu rezar.

Meu Deus, agora ninguém vai me parar. Não tem família, não tem esposa, não tem futuro, não tem sentimento, não tem nada. Ninguém vai me parar! Ninguém, ninguém! Chega, chega!- Ali foi gerada a Igreja Universal do Reino de Deus. (MACEDO, s/d)

Após dezesseis anos dedicados ao trabalho como servidor público, Edir Macedo “deixou o cargo para se dedicar à Obra de Deus.” (UNIVERSAL, 2019). Com o apoio de sua mãe, Eugênia Macedo, em 1977, Edir começou a dirigir-se todos os sábados até um coreto localizado no Bairro do Méier, subúrbio do Rio de Janeiro. Acompanhado de um teclado, um microfone e uma Bíblia, pregava sua palavra para poucos ouvintes.

Edir Macedo conseguiu construir a primeira sede da Igreja Universal no Bairro da Abolição, no Rio de Janeiro e, em 9 de julho de 1977, foi realizado o primeiro culto no local. Mas em função da quantidade de pessoas que passaram a frequentar os cultos, mudaram-se novamente de endereço. Foi também na década de 80 que a Igreja Universal conseguiu se expandir e instalou sedes em outro países.

Em meados da década de 80, com apenas oito anos de fundação, a Igreja Universal contava com 195 templos em quinze unidades federativas. E a procura pela IURD foi gradativa. Em 1987, a IURD já possuía 356 templos em dezoito unidades federativas. (ESTUDO PRÁTICO, 2016)

Em 1984, com o avanço dos aluguéis de canais de rádio e televisão, Edir Macedo compra a Rádio Copacabana “uma das emissoras AM mais populares e famosas do Rio de Janeiro naquele período” (IURD). Dois anos depois foi fundada a primeira sede da Igreja Universal nos Estados Unidos.

Em 1989, a emissora de televisão Rede Record, passava por graves problemas financeiros e seus donos, o empresário e apresentador Silvio Santos e a família Machado de Carvalho, estavam prestes a decretar falência. Após ofertas feitas por representantes da IURD,

“a proposta agradou aos sócios da Record, que marcaram uma reunião na casa de Silvio Santos.” (UNIVERSAL, 2019).

A ligação entre a Igreja e a Record é o fato de o líder espiritual ser o sócio majoritário, somente isso. Contudo, tal fato não autoriza a transmissão gratuita dos programas da IURD na emissora, pois são pessoas jurídicas diferentes, com patrimônio distinto, não podendo ter a confusão patrimonial de bens nem de pessoas, pois, se tal mistura existisse, seria considerado um ilícito, isto é, contrário a lei. (UNIVERSAL, s/d)

Com o passar dos anos, a Igreja Universal sofreu inúmeras críticas da mídia sobre a origem do dinheiro da emissora e o papel religioso na população. Mesmo assim, nada a impossibilitou de levar sedes de suas igrejas a outros países, como por exemplo, África e Portugal. Além disso, em 2014, inauguraram o espaço chamado de Templo de Salomão. Um salão, localizado no Brás, região central de São Paulo, construído após quatro anos e com capacidade para mais de 10 mil pessoas.

Bruna Suruagy, explica no livro *Em nome de quem: a bancada evangélica e seu projeto de poder*, de Andrea Dip (DIP, 2008, p. 75-76), que a Igreja Universal do Reino de Deus começou a se aproximar e se organizar no meio político no início da década de 90.

Os pentecostais deslancharam na política com a Iurd, que criou um plano político mais definido dentro da instituição, segundo Bruna Suruagy: “No início da década de 1990, a Igreja Universal começou a atuar com um plano político estruturado”, explica. Em sua pesquisa, Suruagy chegou a um desenho do plano político da Universal. “A cúpula da Igreja, formada por um conselho de bispos da confiança de Edir Macedo, indica candidatos em um procedimento absolutamente verticalizado, sem a participação da comunidade. Os critérios para escolha desses candidatos, de maneira geral, têm base em um certo recenseamento que se faz do número de eleitores em cada igreja ou em cada distrito. Cada templo, cada região tem apenas dois candidatos, que seriam o candidato federal e o estadual. Ela [a Iurd] desenvolveu uma racionalidade eleitoral a partir de uma distribuição geográfica e partidária dos candidatos. Isso mudou um pouco agora, porque existe um partido que é da Universal, o PRB, que fica cada vez mais forte no Congresso”, explica, destacando também a importância da mídia religiosa como interface entre a Igreja e a política. (DIP, 2018, p. 75-76)

3.3.3 Igreja Batista

A história da igreja Batista no Brasil tem início como envio de dois missionários norte-americanos ao Brasil através da Convenção Batista do Sul. Em 1881, William Bagby e Zacarias Taylor, chegaram em São Paulo com a intenção de propagar o “landmarkismo”, uma “corrente teológica radical dos batistas” (MENDONÇA, 2002, p. 42) vinda dos Estados Unidos.

Acompanhados por suas esposas, Anne Luther Bagby e Kate Stevens Crawford Taylor, os dois casais de missionários foram recebidos e auxiliados pelo ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque que tornou-se o primeiro fiel da religião no Brasil e o primeiro pastor Batista brasileiro. Em 1882, os cinco integrantes mudaram-se para a Bahia e lá fundaram a primeira sede da igreja no Brasil. Com um crescimento vagaroso e dificultado em função das regras ligadas ao catolicismo no país, aos poucos, as primeiras igrejas Batistas foram surgindo e os seus fiéis brasileiros foram aumentando, principalmente nos “Estados do Nordeste e depois no Rio de Janeiro”. (MENDONÇA, 2002, p. 42)

Durante o período de instalação da igreja batista no Brasil, diversos conflitos com a Igreja Católica ocorreram em função do choque cultural promovido pelo encontro entre as duas religiões.

Para Cavalcanti, “com a separação entre igreja e estado decretada pela República, a missão batista experimenta um novo surto de crescimento, primeiro com a formação de associações regionais, depois com a convenção nacional” (CAVALCANTI, 2001). Segundo o site da Igreja Batista Central, em “vinte e cinco anos de trabalho, Bagby e Taylor auxiliados por outros missionários e, por um número crescente de brasileiros, evangelistas e pastores, já tinham organizado 83 igrejas, com aproximadamente 4.200 membros” (CBB, s/d).

Segundo o último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Igreja Batista contava, em 2010, com 3.723.853 pessoas que se afirmavam como praticantes da religião.

Além de falarmos da presença e expansão da religião evangélica no Brasil, tanto em número de fiéis como em participação política, no capítulo seguinte será abordado brevemente o que rege a lei sobre o direito de impeachment ao Presidente da República em exercício no país. A partir de então, teremos uma contextualização histórica do processo de impeachment promulgado contra a então Presidenta da República, Dilma Rousseff.

4. IMPEACHMENT

O processo de impeachment no Brasil está previsto pela Lei nº 1.079, sancionada em 10 de abril de 1950, pelo então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. De acordo com a Agência Senado, o termo é de origem norte-americana “que significa impugnação de mandato. É a destituição legal, por meio de processo no Poder Legislativo, do ocupante de cargo de presidente da República” (AGÊNCIA SENADO, 2000-2019).

A intenção do protocolo do pedido de impeachment é acusar ou denunciar o presidente em exercício por cometer crimes de responsabilidade, ou seja, o governante acaba sendo destituído do poder em função de uma “conduta ou comportamento de inteiro conteúdo político” (AGÊNCIA SENADO, 2000-2019).

A Constituição elenca como crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentam contra: a própria Constituição, a existência da União; o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos estados; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade administrativa; a lei orçamentária; o cumprimento da lei e das decisões judiciais. (AGÊNCIA SENADO, 2000-2019)

De acordo com a Agência Senado, qualquer pessoa pode “denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados” (AGÊNCIA SENADO, 2000-2019). Para que o pedido seja protocolado, deve receber a aprovação de pelo menos $\frac{2}{3}$ dos 513 deputados da Câmara, ou seja, deve receber 342 votos favoráveis. Após aprovado, o processo segue para o Senado Federal, onde será julgado por 81 senadores e precisa da aprovação $\frac{2}{3}$, 54 parlamentares, para ser finalizado. “Se o impeachment for aprovado, o presidente perderá o cargo e ficará inabilitado por oito anos para o exercício de função pública. A aprovação do impeachment precisa do apoio de 54 senadores”. (AGÊNCIA SENADO, 2000-2019).

4.2 Contexto Histórico

Antes de falarmos do processo de impeachment instaurado contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, é preciso dar um panorama do contexto histórico mundial que antecedeu o fato.

Entre 2010 e 2011, os habitantes dos países ligados ao mundo árabe decidiram ir às ruas para protestar e reivindicar melhorias em suas condições de vida, além de demonstrar o descontentamento com o modelo ditatorial de governo. O momento ficou conhecido como Primavera Árabe e teve início na Tunísia. Após o vendedor Mohamed Bouazizi ter seu

carrinho de frutas confiscado pela polícia local, Mohamed cometeu suicídio e “ateou fogo ao próprio corpo como protesto contra a pobreza e a corrupção” (O GLOBO, 2015). Somando o fato ocorrido ao vendedor e o descontentamento dos habitantes com os 23 anos do governo ditatorial de Zine El Abidine Ben Ali, uma onda de protestos foi desencadeada pela população.

As manifestações não duraram muito no país, uma vez que Ben Ali não “ofereceu grandes resistências” (MUNDO EDUCAÇÃO, 2010-2015) e renunciou ao cargo. Os protestos da Tunísia chamaram a atenção de países do Norte da África e Oriente Médio, que passavam por problemas semelhantes e Egito, Líbia, Síria, Iêmen e Barein decidiram também participar do movimento e derrubar os governantes ditadores.

Sobre o período, ainda é importante ressaltar o papel da população ativa nas redes sociais para a construção e propagação do movimento. O objetivo era organizar os protestos através da população local e divulgar para os países vizinhos a situação que enfrentavam.

O uso das redes sociais possibilitou a potencialização das demandas da massa. A nova dinâmica de globalização permite que atores não estatais ganhem capacidade de estimular mudanças na estrutura Estatal, se organizando em movimentos sociais. (BARTKWIAKL; FONSECA; MATTOS; SOUZA, 2017, p. 73)

Após dois anos do início dos protestos da Primavera Árabe, a onda de manifestações atingiu o Brasil, em 2013. As “Jornadas de Junho de 2013” ou “Manifestações dos 20 centavos” ocorreram após o governo do Estado de São Paulo anunciar o aumento de vinte centavos nas tarifas dos meios de transporte público. Os moradores descontentes com a proposta, decidiram ocupar as ruas da capital do Estado. Mas, à medida que os protestos cresciam, a população brasileira acrescentava novas reivindicações e o protesto acabou se espalhando pelo país.

Dentre os pedidos dos manifestantes estavam melhorias nas áreas de saúde e educação, além de quererem demonstrar o descontentamento com a divulgação dos julgamentos dos escândalos de corrupção do chamado Mensalão, em 2012.

O escândalo consistiu nos repasses de fundos de empresas, que faziam doações ao Partido dos Trabalhadores (PT) para conquistar o apoio de políticos. O esquema de corrupção começou em 2002 e só em 2005 foi descoberto, por meio de uma gravação secreta. Nela, Maurício Marinho – na época chefe do departamento de Contratação dos Correios – foi flagrado recebendo propina de três mil reais em nome do deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Depois de o vídeo ter sido divulgado, Marinho fez uma delação sobre os detalhes do Mensalão – que envolvia não apenas os Correios e o PTB, mas também o PT e o Partido

do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Logo após o flagrante, Jefferson também delatou todo o esquema de corrupção. Ele disse que Delúbio Soares, o então tesoureiro do PT, destinava uma mesada de R\$30.000,00 para congressistas apoiarem o governo Lula. (DARIE, 2018)

Vale ressaltar que quando Dilma Rousseff assumiu o poder, o Brasil ainda se recuperava de uma grave crise financeira que atingiu o mundo em 2008. Porém, no mesmo período, o país começou a se preparar para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Com isso, entre 2008 e 2014, altos valores foram aplicados pelo governo para as construções e reformas que seriam utilizadas durante o evento. Segundo balanço divulgado em junho de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), os gastos com as obras para o evento atingiram o valor de R\$ 25,5 bilhões, o que acabou potencializando as manifestações.

Munidos de tais dados, à medida que a revolta da população crescia, aumentavam também as cobranças feitas aos governantes e em função disso, o movimento tomou conta do país.

Em 2013, um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, divulgou que a porcentagem de eleitores que consideravam o mandato de Dilma Rousseff como ótimo ou bom caiu de 57% para 30% no mês de junho. Ainda de acordo com o Datafolha, “a avaliação positiva do governo da presidente Dilma Rousseff (PT) caiu 27 pontos em três semanas - período que coincide com a onda de protestos pelo país - e atingiu seu menor patamar desde o início do mandato”. (DATAFOLHA, 2013).

Além de sua relevância pela quantidade de pessoas presentes nas manifestações dos dias 3 e 6 de junho, os fatos ficaram marcados na história do país em função da violência policial empregada contra os manifestantes. Em matéria publicada pelo Nexo Jornal, segundo o jornalista João Paulo Charleaux, no dia 13 de junho mais de 150 integrantes do protesto foram feridos pela Polícia Militar na chamada “Batalha da Consolação”. (CHARLEAUX, 2017). Com a repercussão do fato e aumento dos participantes nas manifestações, em 18 de junho, Dilma Rousseff fez seu primeiro pronunciamento oficial apoiando o que chamou de “força da voz da rua e o civismo” (ROUSSEFF, 2013) da população.

Os que foram ontem às ruas deram uma mensagem direta ao conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de todas as instâncias. Essa mensagem direta das ruas é por mais cidadania, por melhores escolas, melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito à participação. Essa mensagem direta das ruas mostra a exigência de transporte público de qualidade e a preço justo. Essa mensagem direta das ruas é pelo direito de influir nas decisões de todos os governos, do Legislativo e do Judiciário. Essa mensagem direta das ruas é de repúdio à corrupção e ao uso indevido do dinheiro público. (ROUSSEFF, 2013)

Após o discurso da então Presidenta da República e a violência empregada contra a população, o número de participantes cresceu e, no dia 20 de junho, mais de um milhão de pessoas participaram dos protestos em 388 cidades. Em 21 de junho, Dilma faz novo pronunciamento oficial para apresentar pacote de medidas para conter a situação.

Brasileiras e brasileiros; As manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças, mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira. A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse ouvida. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada, e ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros. Sou a presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão. Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar. Irei conversar, nos próximos dias, com os chefes dos outros poderes para somarmos esforços. Vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos. O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS. Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências, de sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente (VEJA, 2013).

Após as medidas propostas por Dilma Rousseff, as manifestações diminuíram e as ações mais severas contra a corrupção, que haviam sido prometidas, começaram a serem colocadas em prática e resultaram no início das investigações da Lava Jato. À medida que os processos da Lava Jato seguiam, as investigações promovidas pela Polícia Federal (PF) “começaram a se aproximar de indivíduos que compunham a alta cúpula do governo federal, como deputados, senadores e ministros - além de cargos de confiança indicados pessoalmente pelos líderes do Partido dos Trabalhadores.” (GUERINO, 2018, p.27)

Apesar da divulgação dos escândalos próximos ao PT, Dilma Rousseff foi para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014, juntamente com o candidato do PSDB, Aécio Neves. De acordo com o Portal G1, no dia 24 de outubro do mesmo ano, após uma

votação acirrada, Dilma foi reeleita e “somou 54,5 milhões de votos”, enquanto Aécio “recebeu 51,041 milhões”. (PORTAL G1, 2014).

4.3 Impeachment de Dilma Rousseff

Após a confirmação do novo mandato de Dilma, enquanto todos acreditavam que os problemas do governo petista tinham sido contornados, em seu primeiro discurso após a derrota nas eleições presidenciais, Aécio Neves (PSDB) prometeu fazer “uma oposição incansável, inquebrantável e intransigente na defesa dos interesses dos brasileiros. Vamos fiscalizar, cobrar, denunciar” (AGÊNCIA SENADO, 2014). Em junho do mesmo ano, após ser reeleito como presidente do PSDB, durante seu discurso Aécio chegou a afirmar que Dilma não concluiria o seu mandato.

O tucano disse em Brasília que os atuais escândalos de corrupção mostram que há um “vale tudo” para se manter no poder; e voltou a afirmar que perdeu as eleições presidenciais para “uma organização criminoso”, e não para um partido político. (O GLOBO, 2015)

Como o segundo turno das eleições tiveram uma pequena diferença da quantidade de votos, a opinião da sociedade estava dividida entre os apoiadores do candidato Aécio e os de Dilma Rousseff. Em função disso, uma nova onda de manifestações surgiram pelo país. Além das reclamações sobre a corrupção praticada pelos parlamentares, desta vez o principal foco era mostrar o descontentamento com o resultado das eleições e com o governo de Dilma Rousseff.

Outro ponto importante a se destacar é a atividade exercida pelo parlamentar Eduardo Cunha (PMDB) durante os mandatos da então presidenta. Em dezembro de 2014, Dilma tinha como proposta para seu segundo mandato “dar liberdade de trabalho ao novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy” (ESTADÃO, 2014) e para isso ocorrer, deveria “reduzir a influência do seu partido” (ESTADÃO, 2014), o PT, e também do PMDB.

O raciocínio da presidente é o de que quanto maior for o protagonismo de petistas e peemedebistas, mais ela ficará refém das exigências das duas legendas. O PMDB, sempre pedindo mais espaço político e dificultando votações no Congresso; o PT, pregando a volta da doutrina econômica heterodoxa de Guido Mantega. (ESTADÃO, 2014)

Em função disso, Eduardo Cunha passou a ser “o principal porta-voz da insatisfação dos peemedebistas com o governo e chegou a defender [...] que o partido repense a aliança com Dilma e a antecipação da convenção que definirá o caminho da legenda na sucessão presidencial” (SARDINHA, 2014). Em suas redes sociais, Cunha afirmou: “Só expresso e só

expressarei o que a bancada pensa e decide. Logo, tentar me isolar é isolar a bancada do PMDB” (SARDINHA, 2014).

Porém, além do descontentamento do PMDB com as medidas tomadas pelo governo de Dilma Rousseff, para Pedro Paulo Zahluth Bastos “a tentativa inicial de enfraquecer o peso do PMDB na base parlamentar do governo teve como saldo, ao contrário, o seu fortalecimento e a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara” (BASTOS, 2017, p. 50), que assumiu o cargo no dia 1º de fevereiro de 2015.

“A gente deixou muito claro que ia buscar altivez e independência do parlamento. Aqui é palco de exercer os grandes debates que a Casa precisa e vai fazer. Nunca, em nenhum momento, falamos que seríamos oposição. Não falamos também que seríamos submissos” - Eduardo Cunha (MATOSO; PASSARINHO, 2015)

Segundo Andrea Dip, no momento em que a vitória de Eduardo Cunha fora divulgada, o pastor Silas Malafaia, líder do ministério Vitória em Cristo, ligado à Assembleia de Deus, “comemorou em seu Twitter - que conta com mais de 1,34 milhão de seguidores: “Parabéns ao novo Presidente da Câmara, deputado evangélico Eduardo Cunha, uma vitória espetacular. Humilhou o governo e o PT. Vão ter que nos aturar.” (DIP, 2018, p. 63).

“Meses após a chegada de Eduardo Cunha à Presidência da Câmara, o peemedebista foi “incriminado pela Operação Lava Jato” (PORTAL G1, 2015). Em depoimento à Polícia Federal de Curitiba (PR), Júlio Camargo, ex-consultor da Toyo Setal, afirmou que Eduardo Cunha pediu 5 milhões de dólares de propina em contratos da Petrobras. Após o fato, Cunha acusou “o Palácio Planalto de ter se articulado com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para incriminá-lo na Operação Lava Jato”. (PORTAL G1, 2015) e

[...] disse que o procurador-geral da República, a mando do governo, obrigou o delator a mentir em seu depoimento para constranger o Legislativo. Na visão dele, o Planalto está por trás de uma tentativa de "constranger" o parlamento, em articulação com o procurador-geral da República. (PORTAL G1, 2015)

No momento, após o anúncio de seu rompimento com o governo, Eduardo Cunha chegou a afirmar que sua decisão não o influenciaria a “autorizar a abertura de um processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff” (PORTAL G1, 2015).

Após a polêmica, Dilma Rousseff faz uma nova tentativa de restabelecer a “estabilidade política” (JORNAL NACIONAL, 2015) durante o seu segundo mandato. Em 2 de outubro de 2015, a então Presidenta da República anunciou o corte de oito ministérios e a

redução em 10% do seu salário, do vice e dos ministros. Além disso, aumentou o espaço do PMDB em seu governo, resultando, no período, em nove ministérios ligados ao partido.

“Sabemos que existem dificuldades econômicas que devem ser superadas para que o país volte a crescer. Sabemos que se erramos, precisamos consertar os erros. Se acertamos, precisamos avançar nos acertos e seguir em frente. Mas para isso precisamos de estabilidade política. Por isso, essa reforma tem também um propósito. O de atualizar a base política do governo buscando uma maioria que amplie nossa governabilidade. Ao alterar alguns dos dirigentes dos ministérios, nós estamos tornando nossa coalizão de governo mais equilibrada, fortalecendo as relações com os partidos e com os parlamentares que nos dão sustentação política”, afirmou Dilma. (JORNAL NACIONAL, 2015).

Porém a tentativa de agradar os partidos e parlamentares não gerou os resultados aguardados pela presidenta. No dia 21 de Outubro, os juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale Júnior e Hélio Bicudo protocolaram na Câmara dos Deputados um pedido de impeachment contra a então Presidenta da República, Dilma Rousseff. De acordo com Andrea Dip, o fato ocorreu

devido à assinatura de três decretos de suplementação orçamentária sem o consentimento prévio do Congresso Nacional e ao que ficou conhecido como “pedaladas fiscais” - o atraso por parte do Tesouro Nacional de repasse de verbas a bancos públicos e privados que realizavam os pagamentos de diversos programas do governo, com o objetivo de apresentar melhores dados fiscais. (DIP, 2018, p. 60).

Após 37 pedidos de aberturas de processo de impeachment contra a presidenta, cabia ao Presidente da Câmara em acatar ou não a solicitação feita pelos juristas. E em 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha informou à imprensa o parecer favorável à instauração do processo contra Dilma Rousseff. O fato curioso é que Cunha aprovou o pedido de impeachment de Dilma, no mesmo dia em que a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados decidiu votar “pela continuidade do processo” (GALHARDO; CARDOSO; CARVALHO, 2015) instaurado contra ele por quebra de decoro parlamentar. A ação iniciou no dia 13 outubro após os partidos PSOL e Rede levarem ao Conselho de Ética um pedido de afastamento de Eduardo Cunha. O processo foi aceito e instaurado no Conselho, no dia 3 de novembro, onde desde então Cunha passou a responder a “acusação de ter mentido à CPI da Petrobras ao negar ter contas no exterior”. (CORREIO BRAZILIENSE, 2016).

A relevância do papel que Eduardo Cunha exerceu na derrubada de Dilma Rousseff é bastante clara. Como presidente da Câmara, ele aceitou o pedido de impeachment alguns meses após romper com o governo após acusar o

Palácio do Planalto de ter se articulado com o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para incriminá-lo na Operação Lava Jato. O acolhimento aconteceu também apenas algumas horas depois de Cunha perder o apoio do Partido dos Trabalhadores na Comissão de Ética da Câmara, que julgava a cassação de seu mandato por quebra de decoro parlamentar. (DIP, 2018, p. 60)

No dia 29 de março de 2016, semanas antes da votação do impeachment da Presidente da República na Câmara, o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), oficializou o rompimento com o governo de Dilma. Além disso, o partido de Eduardo Cunha e o vice-presidente Michel Temer, também determinou que “os seis ministros do partido e os filiados que ocupam outros postos no Executivo federal entreguem seus cargos.” (PORTAL G1, 2016). O fato foi decisivo para o que viria acontecer nas votações do impeachment, uma vez que o PMDB possuía a maior bancada na Câmara, com 68 deputados federais. Segundo o El País (2016), a tendência no momento seria que “outras siglas” deixassem “o Governo acompanhando o desembarque” do PMDB.

A partir de agora, o PMDB não autoriza ninguém a exercer cargo no governo federal em nome do partido. Se, individualmente, alguém quiser tomar uma posição, vai ter que avaliar o tipo de consequência, o tipo de postura perante a própria sociedade. Para bom entendedor, meia palavra basta. Aqui, nós demos hoje a palavra inteira”, afirmou. [Romero Jucá] (PASSARINHO; CALGARO, 2016)

“Em 17 de abril de 2016, por 367 votos favoráveis e 137 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff” (PRANDI; CARNEIRO, 2017, p.1). Adiante veremos como foi a atividade e votação dos deputados federais filiados à Frente Parlamentar Evangélica durante o processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

Após o resultado da votação na Câmara, com duração superior a seis horas, “o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu de Eduardo Cunha o processo contra Dilma. Ainda no final de abril, os líderes indicaram membros para a comissão especial que analisaria a admissibilidade da denúncia recebida da Câmara.” (AGÊNCIA SENADO, 2016).

Em 6 de maio, a comissão aprovou o relatório de Antonio Anastasia [Presidente da Comissão Especial], favorável à abertura do processo de impeachment, por 15 votos a favor e 5 contra. Em 12 de maio, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou Dilma Rousseff do cargo. A partir desse momento, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, assumiu a condução do processo. (AGÊNCIA SENADO, 2016)

Com a retirada temporária de Dilma da presidência, o cargo foi ocupado, interinamente, pelo então vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), no dia 12 de

maio. “Em agosto do mesmo ano, o processo seguiu para o Senado, onde foi aprovado com 55 votos a favor e 22 contra (mais 3 ausências e 1 abstenção)” (DIP, 2018, p. 59). No mesmo dia, em 31 de agosto de 2016, Michel Temer tomou posse oficialmente do cargo de Presidente da República.

Após finalizar o seu mandato sob a presença de muitos protestos que afirmavam que o impeachment da presidenta Dilma tinha sido um “golpe”, em entrevista ao programa Roda Viva, em 2019, Michel Temer afirmou:

“Eu tive muito gosto em ser o Presidente da República. Eu não almejei, jamais, isso. De vez em quando diziam ‘ah o Temer é golpista’, aliás ouvi numa breve referência que eu teria apoiado a ideia do golpe. Diferentemente, até quero esclarecer desde já esse ponto, diferentemente disto, o fato é que quando começou essa história do impedimento da senhora ex-presidente, como você é sempre o primeiro suspeito, o que eu fiz? Eu vim logo para São Paulo. Você sabe que eu passei praticamente quatro semanas aqui em São Paulo e só voltei três dias antes, ou quatro dias antes, na Câmara dos Deputados votar essa matéria. Porque senão também ficaria mal para mim. Então, primeiro ponto é este, eu jamais apoiei ou fiz empenho pelo golpe. Aliás, muito recentemente, o jornal Folha detectou um telefonema que o presidente, ex-presidente Lula me deu, onde ele pleiteava, depois esteve comigo, para trazer o PMDB para impedir o impedimento. E eu tentei, mas a esta altura eu confesso que a movimentação popular era tão grande e tão intensa que os partidos já estavam mais ou menos vocacionados, digamos assim, para a ideia do impedimento. Mas veja que até o último momento, e este telefonema do ex-presidente Lula revela exata e precisamente que eu não era, digamos, adepto do golpe. Apenas fui, digamos assim, assumir a Presidência da República pela via, não só Constitucional, como eleitora. Porque evidentemente, quando a senhora ex-presidente foi eleita, eu também fui eleito e, evidentemente, na época sendo eu representante do MDB, PMDB, evidentemente que os votos que ela teve, especialmente porque a diferença não foi tão grande, foram votos também oriundos do PMDB.” - Temer (RODA VIVA, 2019)

A fala de Michel Temer causou grande repercussão do público e da imprensa, uma vez que foi a primeira vez que se referiu publicamente ao episódio político como um golpe. Após a declaração do ex-presidente, Dilma Rousseff publicou em sua conta no Twitter: “Michel Temer cometeu ontem novo ato de sincericídio, no Roda Viva. Admitiu que eu sofri um golpe de Estado e disse que se Lula tivesse ido para o meu governo não teria havido o impeachment” (ROUSSEFF, 2019).

5. ATUAÇÃO DA BANCADA EVANGÉLICA

Dentre os 513 deputados federais eleitos em 2014, 74 pertenciam declaradamente à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), inclusive o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB)¹. Após Cunha aceitar o pedido de votação para o impeachment de Dilma Rousseff, uma nota oficial foi emitida e divulgada pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) (Anexo B), no dia 06 abril de 2016. Segundo o documento, após uma “reunião extraordinária” (FPE², 2016), a bancada manifestava “publicamente sua posição favorável ao impeachment da Presidente da República” (FPE, 2016). Ainda de acordo com a nota, os motivos para o apoio vinham “da grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o Brasil” (FPE, 2016) e que estava se resultando em “graves consequências na vida do povo brasileiro, tais como: desemprego, inflação, fechamentos de empresas, descrédito econômico nacional e internacional [...]” (FPE, 2016).

[...] o deputado Leonardo Quintão (PMDB - MG), disse que os deputados evangélicos irão procurar as lideranças evangélicas de deputados que estão indecisos para explicar o porquê do impeachment e a importância de sua aprovação:

- A Frente Parlamentar Evangélica tomou a decisão para defender o povo mais humilde, que perdeu empregos. É uma decisão em prol dos mais pobres. Iremos visitar os pastores, lideranças evangélicas, para mostrar a importância do impeachment para recuperarmos a nação.

João Campos afirmou que não é uma posição religiosa ou partidária.

- Essa posição não é uma posição partidária, sequer religiosa. É uma posição em favor da nação. O país não pode continuar como está - disse Campos. (BRAGA; VENTURA; GLOBO, 2016).

Porém, apesar do parlamentar Leonardo Quintão afirmar que o posicionamento da FPE, perante o impeachment, não ter ligação religiosa ou partidária, o Pastor Márcio René Pinto (APÊNDICE A) afirma não ser possível uma dissociação entre política e religião, uma vez que “somos seres sociais que recebem estímulos ao nascer. Primeiro como família, depois como igreja, escola, meio de convivência, ambiente.” (PINTO³, 2019) Além dos argumentos apresentados pelo Pastor Márcio, a fala do então deputado Leonardo pode ser questionada se levarmos em consideração a atuação da bancada evangélica no Congresso. Pode-se perceber isso durante as votações ou proposições de projetos que abordam temas como direitos das mulheres, o aborto, questões de gênero, etc. Para mais do que as medidas conservadoras, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) atua no Câmara para a aplicação de uma moral e

¹ Mais informações sobre Eduardo Cunha podem ser obtidas no capítulo 4.

² Encontra-se no Anexo B.

³ Encontra-se no Apêndice.

convoca aos eleitores e fiéis uma vigilância do pecado. Através dos discursos dos parlamentares, buscam a volta dos “bons costumes” diretamente relacionados com as suas convicções religiosas.

Na sessão da Câmara dos Deputados, do dia 17 de abril de 2016, ocorreria a votação pela admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff. O então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, abriu a sessão com a frase: “Que Deus possa estar protegendo esta nação” (CUNHA, 2016). Durante a votação, cabia aos parlamentares presentes pronunciarem o seu voto acompanhado de uma breve justificativa.

Dentre as fundamentações apontadas pelos deputados federais, “valores universais comuns que lastreiam muito do comportamento na vida cotidiana das pessoas, como família, vida, esperança e fé, foram fortemente usados pelos deputados, que de certo modo se puseram na posição de prestar contas a seu eleitorado.” (PRANDI ; CARNEIRO, 2017, p. 5).

Silas Malafaia [pastor de igreja ligado à Assembleia de Deus] fez um programa especial em seu canal no YouTube parabenizando a FPE pelo posicionamento e ameaçando parlamentares que porventura votassem contra o impeachment ou não aparecessem no Plenário para a votação. “Lá no seu estado, eu vou ter o prazer de fazer campanha contra você. Vou ter o prazer de ajudar alguém para te derrotar. Eu vou denunciar em programa de televisão deputado evangélico que faltar ou que votar contra o impeachment. Pode contar comigo, que eu vou ser uma muralha no seu estado contra você”. (DIP, 2018, p. 63).

No presente trabalho serão destacadas algumas das falas dos parlamentares pertencentes à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), para ilustramos os argumentos utilizados pela bancada durante a votação.

Dentre as justificativas e votos declarados pelos deputados federais, evangélicos ou não, destacam-se as mensagens destinadas à base eleitoral do parlamentar (seja ela sua cidade, estado ou o país), à democracia, à família e à Deus ou aos grupos de algum segmento religioso. Porém, após a comparação entre os discursos proferidos pelos dois grupos de parlamentares, Prandi e Carneiro afirmam que “eles se distinguem sobretudo quando se trata dos itens Deus, família e igreja” (PRANDI ; CARNEIRO, 2017, p. 15) e que o fato ocorre em função do número de utilizações do trio durante as justificativas de seus votos a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Um exemplo disso, é a justificativa do deputado federal do Pará, Josué Bengston (PTB), que afirma: “Senhor Presidente, por minha família, pela minha família Quadrangular e evangélica em todo o Brasil. Pelo Pará, eu voto sim. E feliz é a nação cujo Deus é o Senhor. Que Deus continue abençoando o povo brasileiro.” (BENGSTON *In*: PLENÁRIO, 2016).

Dentre os outros deputados que citaram Deus e a sua família, vale ressaltar as justificativas dos deputados Jefferson Campos (PDT), Ezequiel Teixeira (PTN) e Paulo Freire (PR), que utilizaram suas igrejas como critério para defender seus votos.

A palavra de Deus diz que quando o justo governa, o povo se alegra. Quando ímpio domina, o povo sofre. Pelo fim deste governo injusto que está fazendo o povo sofrer. Pela nação Quadrangular do Brasil, por um pai de 78 anos que me ensinou os princípios da palavra de Deus. Pelo Estado, eu voto sim, Senhor Presidente. (CAMPOS *In*: PLENÁRIO, 2016).

Senhor Presidente, que Deus tenha misericórdia do nosso país. Por São Paulo, pelo Brasil, e também, Senhor Presidente, em respeito e fidelidade ao meu povo Assembleiano que me trouxe para esse parlamento. Meu voto é sim, Senhor Presidente. (FREIRE *In*: PLENÁRIO, 2016).

Senhor Presidente, parafraseando o Pastor Martin Luther King que dizia: “nós não somos ainda aquilo que gostaríamos de ser, não sabemos em quanto tempo seremos aquilo que gostaremos de ser. Mas, uma coisa é certa: nunca mais seremos os mesmos.” Eu quero homenagear os mais de 50 milhões de evangélicos do Brasil. A nação Cara de Leão [símbolo de sua Igreja Projeto Vida Nova], a minha querida família, minha esposa Márcia Teixeira, meus filhos Diogo e Tati Teixeira. Por um tempo novo contra essa corrupção, sim ao impeachment. (TEIXEIRA *In*: PLENÁRIO, 2016).

Outro ponto importante foi o voto do então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, considerado por Andrea Dip como a “peça-chave” da instauração do processo. Ao som dos gritos de “Fora Cunha” vindos de manifestações de outros parlamentares, Eduardo declarou brevemente: “Que Deus tenha misericórdia dessa nação. Eu voto sim.” (CUNHA *In*: PLENÁRIO, 2016).

Vale destacar, também, a atuação do parlamentar ligado à FPE pelo estado de São Paulo, Marco Antônio Feliciano, ou então simplesmente Marco Feliciano (PSC). Além de seu trabalho como deputado federal, Marco Feliciano é pastor da Catedral do Avivamento, “igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus” (WIKIPEDIA, s/d). Feliciano afirmou em seu voto:

Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo [movimento] Vem Pra Rua. Dizendo que Olavo tem razão, Senhor Presidente, dizendo tchau pra essa querida e dizendo tchau ao PT, Partido das Trevas, eu voto sim ao impeachment, Senhor Presidente. (FELICIANO *In*: PLENÁRIO, 2016)

Outro parlamentar relevante de ser mencionado no presente trabalho é o deputado federal do estado do Rio de Janeiro, eleito por sete vezes consecutivas ao cargo, Jair Messias Bolsonaro (PSC). Apesar de não ser integrante oficial da Frente Parlamentar Evangélica na votação da Câmara, em 2016, no momento era casado com a evangélica, Michele Bolsonaro e

pouco tempo depois, em maio de 2016, foi batizado pelo Pastor Everaldo nas águas do Rio Jordão. Em seu voto para o processo de impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro alegou:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos nesta Casa. Parabéns Presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade Contra a Folha de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos, o meu voto é sim” (BOLSONARO *In*: PLENÁRIO, 2016)

Um ponto relevante na fala do então deputado é a afirmação do seu apoio ao Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Além de ambos pertencerem à Igreja Assembleia de Deus, do Ministério de Madureira, tal aproximação seria relevante para Bolsonaro em seu início de campanha eleitoral, onde concorria ao cargo de Presidente da República, nas eleições de 2018. O apoio de Eduardo Cunha e consequentemente o de seu partido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e seus deputados, aliados aos votos recebidos por evangélicos e conservadores, foi fundamental para que Bolsonaro pudesse ser eleito em 2018.

Além disso, é importante lembrar que após a votação na Câmara, Bolsonaro foi alvo de críticas da população e da mídia por dedicar o seu voto, favorável ao impedimento da Presidenta, para o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. A reação veio por tratar-se de um “Coronel do Exército Brasileiro e ex-chefe do DOI-CODI do II Exército” (WIKIPEDIA, s/d), e ainda, de acordo com o site *Super Interessante*, em 2008, foi reconhecido pela Justiça como um torturador durante o período da ditadura militar no Brasil. Porém, a fala torna-se mais grave após serem considerados os relatos das sessões de torturas que Dilma Rousseff teria recebido no mesmo período.

Na votação ocorrida na Câmara dos Deputados, observa-se que dentre os 74 parlamentares ligados à Bancada Evangélica, apenas quatro votaram contra a instauração do processo de impeachment. Destes quatro, temos Rejane Dias (PT - PI) e Benedita da Silva (PT - RJ), ambas filiadas ao partido do governo, o Partido dos Trabalhadores.

Senhor Presidente, em nome da Constituição que eu me comprometi em cumprir. Em nome do respeito a ela. Em nome dos pobres e necessitados deste país. Em respeito aos 54 milhões de votos recebidos pelo povo brasileiro a Presidenta Dilma. Em nome dos que ainda tem fome e sede de justiça, entendendo que um reino dividido não prospera. Eu quero dizer não ao golpe. (SILVA *In*: PLENÁRIO, 2016)

Senhor Presidente, demais deputados e deputadas aqui presentes. Primeiro eu oro para que Deus abençoe a nossa querida nação Brasil. Segundo, pelo

meu querido estado do Piauí, pelo desenvolvimento do meu querido estado do Piauí. Pela democracia, pelo estado democrático de direito. E em respeito aos milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que votaram em Dilma, elegendo ela a primeira Presidenta mulher, eu voto não. (DIAS *In: PLENÁRIO*, 2016)

Apesar de visivelmente apenas Rejane Dias citar Deus em sua argumentação, na fala da deputada federal Benedita da Silva o trecho “um reino dividido não prospera”, refere-se a passagem bíblica, contida no livro de Mateus 12:25, que diz “Todo reino dividido contra si mesmo é devastado; e toda cidade, ou casa, dividida contra si mesma não subsistirá” (BÍBLIA, 2015).

Já os outros dois deputados, são Sérgio Brito (PSD - BA), sem ligação direta com o governo, e George Hilton (Pros - MG), que ocupou o cargo Ministro dos Esportes nos dois mandatos de Dilma Rousseff na Presidência.

Senhor Presidente, eu quero fazer hoje do meu voto uma homenagem a todos os mineiros e brasileiros que um dia lutaram pelo voto popular. Muitos deles pagaram com suas vidas e essa Casa não tem o direito hoje, já que as ruas estão divididas, e é a eles que nós tínhamos que consultar hoje, o que realmente a população quer. Trabalhei com a Presidente Dilma, sei o quanto ela é uma mulher honrada e sei que vou passar para a história sem manchar as minhas mãos e a minha biografia de querer tirar do poder uma mulher eleita legitimamente e uma mulher honrada. Pela democracia, é não. (HILTON *In: PLENÁRIO*, 2016)

Além dos quatro deputados, foi contabilizada a abstenção de Clarissa Garotinho, ausente da sessão em função de licença maternidade. Fora os cinco deputados acima mencionados, de acordo com Andrea Dip, a votação ficou marcada “entre outros pontos, pelos discursos esdrúxulos dos deputados, que dedicaram voto à própria família, a torturadores da época da ditadura militar e a corretores de seguros do Brasil. Mas, principalmente votaram em nome de Deus”. (DIP, 2018, p. 59).

Ainda que a discussão sobre a existência ou não das pedaladas fiscais e sobre os méritos ou os equívocos que podem ter levado à aprovação da admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados tenha sua importância, não é esse o debate que está em jogo aqui. [...] O ponto que não pode perder de vista é que as justificativas oferecidas pelos deputados ao votar a favor ou contra a continuidade do processo de afastamento da presidente, em grande medida, deixaram para trás razões alegadas para a instauração do processo, que eram de ordem administrativa, e remeteram a ideais e valores de ordem moral, sobretudo a defesa da moral tradicional, que estaria em perigo com a continuidade do governo de Dilma Rousseff. (PRANDI ; CARNEIRO, 2017, p. 18)

Ainda de acordo com matéria divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia seguinte da votação do processo na Câmara dos Deputados, Alessandro Janoni, diretor de pesquisas do Instituto Datafolha, afirmou que “O Datafolha nem precisou tabular – menções a Deus e à família dominaram ostensivamente a votação pela abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados no último domingo” (JANONI, 2016).

Após a aprovação do processo na Câmara dos Deputados, no dia 02 de maio do mesmo ano, o então vice-presidente, Michel Temer, apareceu em um vídeo ao lado do Pastor Marco Feliciano. Nele, Temer pede orações para ele e para o Brasil, e prega a necessidade do restabelecimento da harmonia no país.

Estou aqui ao lado do Pastor Marco Feliciano, meu velho amigo e companheiro de livres políticas. Sei que ele está hoje em Camboriú, fazendo um encontro de muita gente e naturalmente orando para o Brasil e orando para que o Brasil ganhe muita paz, muita tranquilidade, já que nos últimos tempos tem sido muito pregada a desunião do Brasil. Ou seja, brasileiros contra brasileiros, que na verdade desautorizam qualquer proposta de harmonia no nosso país. E nós, que somos religiosos, e eu tomo a liberdade de dizer que a palavra religião vem de religo, religare. Nós todos, eu o Pastor Marco Feliciano, queremos fazer uma religação dos brasileiros. E para tanto, preciso de muita oração. É preciso que nós estejamos empenhados nessa tarefa. Por isso que quando o Pastor Marco Feliciano me dá a oportunidade de dirigir-me a milhares de pessoas, eu quero pedir as suas orações pelo Brasil, quero pedir as suas orações, se me permite, para mim mesmo, e quero mais uma vez pregar a pacificação do país. E até aproveito para cumprimentar também o Pastor Cesino [ligado à Assembleia de Deus em Camboriú], que na verdade também conduz com muita propriedade todos aqueles que em torno dele se avolumam, crescem e que trabalham pelo Brasil. Portanto, com muita fé, com muita tranquilidade, eu quero dizer que nós todos, eu também, vamos orar pelo nosso país. (TEMER *In*: FELICIANO, 2016).

Com a conclusão da fala do vice-presidente, o Pastor Marco Feliciano afirmou “nosso presidente é um homem temente a Deus e está rogando oração da igreja. E eu queria convocar a igreja agora, neste momento, para levantarmos um clamor pela vida do nosso *presidente* e pela vida da nossa nação.” (FELICIANO, 2016). O fato relevante a ser considerado é o Pastor ter se referido duas vezes ao vice, Michel Temer, como Presidente da República. Apesar do processo de impeachment ter sido aprovado na Câmara em abril, a Presidenta Dilma Rousseff só poderia ser afastada de seu mandato após a aprovação do Senado, que ocorreu apenas no dia 12 de maio do 2016.

Mas esta não foi a primeira aproximação de Michel Temer com pessoas influentes no meio evangélico. Durante a campanha presidencial de Dilma Rousseff, em 2010, Temer recebeu em seu gabinete uma repórter da *Folha Evangélica*, onde declarou sua proximidade de diversos religiosos, sendo eles políticos ou não. Porém, ao tratarmos do processo de

impeachment de Dilma, vale lembrarmos que a soma dos partidos com maior número de deputados, ou seja PMDB, PT e PSDB, ainda era inferior ao número de parlamentares ligados à FPE durante o governo da Presidente. Então, para que pudesse assumir ao cargo, como ocorreu após a primeira votação no Senado, Temer buscou um melhor relacionamento com o público evangélico, seja através do próprio Congresso, seja por meio de sua participação em cultos ou até mesmo pela aproximação com os fiéis.

6. CONCLUSÃO

Após observação do material exposto anteriormente, fica comprovado o aumento no número de fiéis evangélicos no Brasil e, conseqüentemente, o crescimento dos fiéis políticos na Câmara dos Deputados. Além disso, também fica evidente a contribuição, direta ou indiretamente, dos deputados federais, ligados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), durante o processo de votação do impeachment da então Presidente da República, Dilma Rousseff.

Apesar da Bancada Evangélica ter parlamentares de várias igrejas e não votarem necessariamente igual em um mesmo tema, o grupo majoritariamente demonstrou sua posição favorável ao impeachment de Dilma. O fato relevante é que dentre as justificativas para o protocolo do impedimento estavam questões ligadas à moral, à família e, principalmente, a Deus. Deixando, assim, de lado, argumentos que tratassem das razões pelas quais a então Presidenta foi acusada, ou seja, sem mencionar ou expor mais detalhes sobre os crimes de responsabilidade fiscal.

Além disso, fica demonstrada a relação de proximidade entre os deputados pertencentes à Bancada Evangélica com outros parlamentares diretamente ligados ao processo do impedimento de Dilma Rousseff, como Eduardo Cunha, Jair Messias Bolsonaro, Marco Feliciano e Michel Temer. Muitos deles pertencentes ao mesmo núcleo de igrejas evangélicas e com aproximação explícita, principalmente durante o período da votação.

As análises obtidas, a partir deste Trabalho de Conclusão de Curso, tornam-se relevantes para entendermos como ocorreu o processo de protocolo e votação do impeachment para os parlamentares ligados à bancada e como a presença dos deputados nas igrejas influenciou os fiéis brasileiros. Assim, acreditamos que a pergunta inicial lançada na introdução de tentar aferir qual foi o posicionamento e os argumentos usados pela bancada evangélica para justificar seu voto pelo impeachment foi respondida no transcorrer do trabalho.

Embora os motivos utilizados para justificar os votos sejam próximos de uma religião ou de valores conservadores como a família, por exemplo, o Anexo 2 mostrar que o fato de falar nesses princípios não exime que os deputados evangélicos sejam alvo de processos criminais, logo tentar aproximar o fato de serem evangélicos a uma ética fica comprometido. Talvez, para reforçar ainda mais esse ponto de vista que mostramos anteriormente, a atuação e falas do então presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha, ao pedir a proteção de

Deus para a nação e seu consequente encarceramento, ilustre bem essa dissociação que deve ser feita entre religião e política. Pede a Deus proteção, mas se envolve em atos ilegais!

É difícil afirmarmos os resultados daquele momento histórico para a política brasileira. Contudo, temos certeza de que o comportamento e as justificativas utilizadas pelo grupo evangélico tornaram-se pauta para o país. Pauta, essa, marcada pelo conservadorismo, pelo debate sobre costumes e outros temas correlatos que pouco tem a ver com o sentido amplo de política, mais próximo do debate sobre temas-chaves para o Brasil, como a discussão de temas como a desigualdade econômica, política e social, a miséria e a busca por alternativas consistentes capazes de enfrentar os graves problemas que passamos na atualidade no país.

7. REFERÊNCIAS

ADBELEM. **Nossa História**. Assembleia de Deus/ Belém do Pará. [s/d.]. Disponível em: <http://adbelem.org.br/portal/nossa-historia/>. Acesso em: 26 set. 2019.

ALBUQUERQUE, N.; EXAME. **Dilma comenta Temer ter chamado impeachment de golpe: “ato de sincericido”**. Exame. 17/09/2019, 2019a. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/dilma-comenta-temer-ter-chamado-impeachment-de-golpe-ato-de-sincericido/>. Acesso em: 17 out. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, J. **Precisamos falar sobre a Bancada Evangélica - origem e crescimento**. Direção de José Almeida Júnior. Produção de José Almeida Júnior. Realização de José Almeida Júnior. S.i, 2019. (10 min.), Youtube, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ysm_o7OrFhY. Acesso em: 12 fev. 2019.

ALMEIDA, R.. **A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo**. Cad. Pagu [online]. 2017, n 50, e175001. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500001>.

ANDRADE, H.. **Censo 2010 aponta migração de fiéis da Universal do Reino de Deus para outras igrejas evangélicas**. UOL. 29/06/2012, 2012a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/censo-2010-aponta-migracao-de-fieis-da-universal-do-reino-de-deus-para-outras-igrejas.htm>. Acesso em: 26 set. 2019.

ARAGÃO, J. **Bancada Evangélica emite nota apoiando Impeachment**. Gospel Prime. 06/04/2016, 2016a. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/bancada-evangelica-apoia-impeachment/>. Acesso em: 09 out. 2019.

ARAGÃO, J.. **Jair Bolsonaro é batizado por pastor no rio Jordão**. Gospel Prime. 12/05/2016, 2016a. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/jair-bolsonaro-batizado-rio-jordao/>. Acesso em: 07 out. 2019.

ASSEMBLEIA. **História**. Assembleia de Deus. Disponível em: <https://assembleia.org.br/historia/>. Acesso em: 26 set. 2019.

BARTKOWIAK, J. Z.; FONSECA, T. A.; MATTOS, G. M., SOUZA, V. H. C.. **A Primavera Árabe e as Redes Sociais: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia**. 2017. CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, v. 10, n.1, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30432/30432.PDFXXvmi=>. Acesso em: 09 out. 2019.

BASTOS, P. P. Z.. **Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia**. Rev. econ. contemp. [online]. 2017, vol.21, n.2, e172129. Epub Dec 21, 2017. ISSN 1415-9848. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 09 out. 2019.

BÍBLIA Sagrada. 2015. Disponível em: <http://media.ldscdn.org/pdf/lds-scriptures/holy-bible/holy-bible-83800-por.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

BOLSONARO, **Jair Messias Bolsonaro - Biografia.** s/d. Disponível em: <https://www.bolsonaro.com.br/>. Acesso em: 09 out. 2019.

BOM DIA BRASIL. **Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno.** Portal G1. 27/10/2014, 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

BORGES, L.. **Biografia oficial de Dilma omite 1º casamento da presidente.** Portal Terra. 01/01/2011, 2011a. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/biografia-oficial-de-dilma-omite-1-casamento-da-presidente,f46897730cbda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRAGA, I.. **Bolsonaro se filia ao PSC e é lançado como pré-candidato à Presidência.** O Globo. 02/03/2019, 2019a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-se-filia-ao-psc-e-lancado-como-pre-candidato-presidencia-18792086>. Acesso em: 07 out. 2019.

BRAGA, I.; KRAKOVICS, F. **Em convenção, Aécio diz que Dilma não concluirá mandato e faz apelo por unidade no PSDB.** O Globo. 07/07/2015, 2015a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-convencao-aecio-diz-que-dilma-nao-concluira-mandato-faz-apelo-por-unidade-no-psdb-16667961>. Acesso em: 09 out. 2019.

BRAGA, I.; VENTURA, M.; GLOBO, O. **Bancada evangélica anuncia apoio ao impeachment de Dilma.** 06/04/2016, 2016a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-anuncia-apoio-ao-impeachment-de-dilma-19032782>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRANDÃO, M.. **TCU contabiliza R\$ 25,5 bilhões de gastos com a Copa do Mundo.** Agência Brasil. 03/12/2014, 2014a. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL, Agência; EXAME. **Relembre a carreira política de Michel Temer.** Exame. 21/03/2019, 2019a. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/relembre-a-carreira-politica-de-michel-temer/>. Acesso em: 09 out. 2019.

BRASILEIRA, Convenção Batista. **Nossa História.** s/d. Disponível em: http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=24. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRAZILIENSE, Correio. **Veja a cronologia sobre o processo que pede a cassação de Eduardo Cunha.** Estado de Minas. 12/09/2016, 2016a. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/09/12/interna_politica,803108/veja-a-cronologia-sobre-o-processo-que-pede-a-cassacao-de-eduardo-cunha.shtml. Acesso em: 09 out. 2019.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biografia Oficial de Dilma Rousseff.** Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. **Teoria Política e feminismo: abordagens brasileiras**. 3ª edição. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

CALGARO, F.; PASSARINHO, N.; SALOMÃO, L.. **Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'**. Portal G1. 17/07/2015, 2015a.

Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decisão da Presidência**. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/Decis%C3%A3o_sobre_impeachment_CD.pdf. Acesso em 12 set. 2019.

CASTRO, G.; HUFFPOST. **5 fatos que mostram que a treta entre Dilma e Cunha não é de hoje**. Huffpost Brasil. 22/07/2015, 2015a. Disponível em:

https://www.huffpostbrasil.com/2015/07/22/5-fatos-que-mostram-que-a-treta-entre-dilma-e-cunha-nao-e-de-hoj_a_21688978/. Acesso em: 09 out. 2019.

CAVALCANTI, H.B. **O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século 19:**

Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. Revista de Estudos da Religião, nº 4/2001. Disponível em: http://www4.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_cavalc.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

CAVALLERA, R.. **Gunnar Vingren e Daniel Berg – A história dos fundadores da**

Assembléia de Deus no Brasil. Gospel Mais Notícias. 02/08/2011, 2011a. Disponível em:

<https://noticias.gospelmais.com.br/gunnar-vingren-daniel-berg-historia-fundadores-assembleia-deus-22963.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

CHAGAS, T.. **Conheça a trajetória do pastor pentecostal Cesino Bernardino, falecido no último sábado. 01/08/2016**, 2016a. Gospel Mais. Disponível em:

<https://noticias.gospelmais.com.br/conheca-trajetoria-pastor-pentecostal-cesino-bernardino-84541.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

CHAGAS, T.. **Eduardo Cunha foi para a Assembleia de Deus sem sair da Sara Nossa Terra, diz jornalista**. 07/04/2015, 2015a. Disponível em:

<https://noticias.gospelmais.com.br/cunha-assembleia-deus-sem-sair-sara-nossa-terra-75699.html>. Acesso em: 07 out. 2019.

CHAPOLA, R.. **Religião e política: na eleição de 2018 e em outras disputas**. Jornal Nexo. 01/09/2018, 2018a. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/01/Religi%C3%A3o-e-pol%C3%ADtica-na-elei%C3%A7%C3%A3o-de-2018-e-em-outras-disputas>. Acesso em: 24 set. 2019.

CHARLEAUX, J. P.; JORNAL, Nexo. **O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram**. Nexo Jornal. 17/06/2017, 2017a. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>. Acesso em: 09 out. 2019.

CHARLEAUX, J. P.. **Qual a força de grupos evangélicos no Brasil de 2019**. 2019. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/20/Qual-a-for%C3%A7a-de-grupos-evang%C3%A9licos-no-Brasil-de-2019>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CORDEIRO, T.; INTERESSANTE, Super. **Coronel Ustra, o líder das torturas na ditadura militar**. Super interessante. 11/09/2018, 2018a. Disponível em:
<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/retrato-falado-coronel-ustra-o-mestre-das-torturas/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CORRÊA, M. V. G. **VAR-Palmares**. Infoescola. Disponível em:
<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/var-palmares>. Acesso em: 13 set. 2019.

CUNHA, C. V.; LEITE, P. V.; LUI, J.. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2017. 196 p.

DARIE, M.. **O que aconteceu no escândalo do mensalão?** Portal Politize. 22/08/2018, 2018a. Disponível em:
<https://www.politize.com.br/mentacao-o-que-aconteceu/>. Acesso em: 09 out. 2019.

DATAFOLHA. **Aprovação a governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três semanas**. Instituto de Pesquisa Datafolha. 29/06/2013, 2013a. Disponível em:
<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

DATAFOLHA. **44% dos evangélicos são ex-católicos**. Instituto de Pesquisa Datafolha. 28/12/2016, 2016a. Disponível em:
<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>. Acesso em: 28 set. 2019.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Frentes e Grupos Parlamentares**. s/d. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>. Acesso em: 19 out. 2019.

DIAP. **Atualização da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados****. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). 06/10/2014, 2014a. Disponível em:
<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/24534-bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados>. Acesso em: 18 set. 2019.

DIP, A.. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DIP, A.. **Os pastores do Congresso**. Agência Pública. 19/04/2015, 2015a. Disponível em:
<https://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>. Acesso em: 10 junho 2019.

ECODEBATE. **Transição Religiosa – Católicos abaixo de 50% até 2022 e abaixo do percentual de evangélicos até 2032**, artigo de José Eustáquio Diniz Alves. Ecodebate. 05/12/2018, 2018a. Disponível em:

<https://www.ecodebate.com.br/2018/12/05/transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 27 set. 2019.

ÉPOCA. **Jair Bolsonaro: "Sou preconceituoso, com muito orgulho"**. Redação Época. 02/07/2011, 2011a. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00-JAIR+BOLSONARO+SOU+PRECONCEITUOSO+COM+MUITO+ORGULHO.html>. Acesso em: 07 out. 2019.

ESTADÃO. **Dilma reduz espaço do PT no governo e estimula bloco anti-PMDB no Congresso**. Estadão. 28/12/2014, 2014a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-reduz-espaco-do-pt-no-governo-e-estimula-bloco-anti-pmdb-no-congresso-imp-,1612744>. Acesso em: 09 out. 2019.

ESTUDANTE, Guia do. **Primavera Árabe – resumo**. Guia do Estudante. 16/05/2017, 2017a. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/primavera-arabe-resumo/>. Acesso em: 09 out. 2019.

EVANGÉLICA, Folha. **Folha Evangélica entrevista Michel Temer. Direção de Folha Evangélica**. Produção de Folha Evangélica. Realização de Folha Evangélica. 2010. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M8xd3sVBAYw>. Acesso em: 03 set. 2019.

EXAME; BRASIL, Agência. **Relembre a carreira política de Michel Temer**. 21/03/2019, 2019 a. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/relembre-a-carreira-politica-de-michel-temer/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

EXTRA. **Enquanto votação do impeachment acontecia Bolsonaro era batizado em Israel**. Extra. 12/05/2016, 2016a. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>. Acesso em: 13 set. 2019

FÁBIO, A. C. **O fortalecimento evangélico no Brasil e na América Latina**. Nexo Jornal. 13/09/2019, 2019a. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/07/13/O-fortalecimento-evang%C3%A9lico-no-Brasil-e-na-Am%C3%A9rica-Latina>. Acesso em 20 set. 2019.

FERNANDES, M.; CASTRO, Grasielle; HUFFPOST. **Bancada Evangélica aposta em governo Temer para avançar em pautas conservadoras**. HuffPost Brasil. 17/04/2016, 2016a. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/04/16/bancada-evangelica-aposta-em-governo-temer-para-avancar-em-pauta_a_21692709/. Acesso em: 15 out. 2019.

FELICIANO, M.. **Marco Feliciano e Michel Temer**. 03/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xZcPJY1DHc0>. Acesso em: 20. set. 2019.

FLORESTI, F.. **Manifestações de “Junho de 2013 completam cinco anos: o que mudou?** Revista Galileu. 20/06/2018, 2018a. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Mais conservadora, Câmara deve barrar ações liberalizantes.** Folha de S. Paulo. 08/10/2014, 2014a. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529052-mais-conservadora-camara-deve-barrar-acoes-liberalizantes.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FRAZÃO, D.. **Jair Bolsonaro: Político brasileiro.** 29/07/2019, 2019a. Disponível em: https://www.ebiografia.com/jair_bolsonaro/. Acesso em: 07 out. 2019.

GALHARDO, R.; CARDOSO, D.; CARVALHO, D.. **Bancada do PT na Câmara anuncia voto contra Cunha no Conselho de Ética.** Estadão. 02/12/2015, 2015a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-do-pt-na-camara-anuncia-voto-contracunha-no-conselho-de-etica,10000003630>. Acesso em: 09 out. 2019.

GUIAME. **Brasil terá maioria evangélica em 2020, segundo estatísticas.** Mundo Cristão. 01/03/2018, 2018a. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/brasil-tera-maioria-evangelica-em-2020-segundo-estatisticas.html>. Acesso em: 27 set. 2019.

G1. **Apuração de votos para presidente.** Portal G1. 27/10/2014, 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

G1. **Dilma Rousseff, PT.** Portal G1. 14/09/2014, 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/09/dilma-rousseff-pt.html>. Acesso em: 02 out. 2019.

G1, Portal. **Eduardo Cunha é condenado a mais de 15 anos de prisão na Lava Jato.** 31/03/2017, 2017a. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/03/eduardo-cunha-e-condenado-mais-de-15-anos-de-prisao-na-lava-jato.html>. Acesso em: 07 out. 2019.

G1. **Jornais mostram detalhes de tortura sofrida por Dilma em Minas.** Portal G1. 18/06/2012, 2012a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/jornais-mostram-detalhes-de-tortura-sofrida-pordilma-em-minas.html>. Acesso em: 17 out. 2019.

G1. **Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma.** Portal G1. 13/03/2016, 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

G1. **Processo de impeachment é aberto, e Dilma é afastada por até 180 dias.** Portal G1. 12/05/2016, 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

G1. **Veja como deputados votaram no impeachment de Dilma, na PEC 241, na reforma trabalhista e na denúncia contra Temer.** Portal G1. 02/08/2017, 2017a. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-como-deputados-votaram-no-impeachment-de-dilma-na-pec-241-na-reforma-trabalhista-e-na-denuncia-contratemer.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2019.

G1. **Veja os deputados federais eleitos por estado**. Portal G1. 06/10/2014, 2014a.

Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/veja-os-deputados-federais-eleitos-por-estado.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

GLOBO, O. **Da falta de estrutura fez-se a ‘crise do apagão’ no Brasil do início do século XXI**. Portal O Globo. 07/08/2013, 2013a. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/da-falta-de-estrutura-fez-se-crise-do-apagao-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi-9396417>. Acesso em: 5 out. 2019.

GLOBO, O. **Tunísia: o berço da Primavera Árabe**. O Globo. 09/10/2015, 2015a.

Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/tunisia-berco-da-primavera-arabe-17733824>. Acesso em: 09 out. 2019.

IBGE. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 29/06/2012, 2012a. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>. Acesso em: 29 set. 2019.

IBOPE. **Maioria dos brasileiros acredita que Dilma fará um bom governo**. Ibope

Inteligência. 16/12/2010, 2010a. Disponível em:

<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-dos-brasileiros-acredita-que-dilma-fara-um-bom-governo/>. Acesso em: 7 set. 2019.

JANONI, A.; PAULO, Folha de S.. **Votação revela mais sobre eleitores do que sobre deputados**. Folha de S. Paulo. 19/04/2016, 2016a. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762545-votacao-revela-mais-sobre-eleitores-do-que-sobre-deputados.shtml>. Acesso em: 09 out. 2019.

JUCÁ, B. **Michelle Bolsonaro, uma discreta primeira-dama evangélica**. El País.

28/10/2018, 2018a. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540760471_920767.html. Acesso em: 07 out. 2019.

JUNGBLUT, C.; GLOBO, O. **Eduardo Cunha: ‘Minha ligação com Temer é de muitos anos’**. O Globo. 09/11/2014, 2014a. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/eduardo-cunha-minha-ligacao-com-temer-de-muitos-anos-14511980>. Acesso em: 09 out. 2019.

JUSTE, Marília. **Conheça a trajetória da primeira mulher presidente do Brasil**. Portal G1.

31/10/2010, 2010a. Disponível em: <[http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-](http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/conheca-trajetoria-da-primeira-presidente-mulher-do-brasil.html)

[2010/noticia/2010/10/conheca-trajetoria-da-primeira-presidente-mulher-do-brasil.html](http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/conheca-trajetoria-da-primeira-presidente-mulher-do-brasil.html)>.

Acesso em: 05 abr. 2019.

LAGO, D. **Brasil Polifônico: Os evangélicos e as estruturas de poder**. 1ª edição. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

MADUREIRA, Assembleia de Deus. **Sobre a Igreja**. s/d. Disponível em: <https://www.admadureira.com.br/sobre-a-igreja/>. Acesso em: 07 out. 2019.

MARIANO, R. **Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Civitas, vol. 11, nº 2, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>. Acesso em: 1 out. 2019.

MATOSO, F.; PASSARINHO, N.. **Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara em primeiro turno**. Portal G1. 01/02/2015, 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

MATOSO, F.. **Em vídeo com Feliciano, Temer pede a evangélicos que orem por ele**. Portal G1. 02/05/2016, 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/em-video-com-feliciano-temer-pede-evangelicos-que-orem-por-ele.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

MAZUI, G.; CALGARO, F.. **De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro**. 28/20/2018, 2018a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2019.

MENDES, P.. **Dilma defende protestos e diz que governo ouve 'vozes pela mudança'**. Portal G1. 18/06/2013, 2013a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-defende-protestos-e-diz-que-governo-ouve-vozes-pela-mudanca.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, A. G.. **O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

METTALLI, A.. **Os evangélicos e o poder na América Latina**. Dom Total. 18/02/2019, 2019a. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1333370/2019/02/os-evangelicos-e-o-poder-na-america-latina/>. Acesso em: 28 set. 2019.

NACIONAL, Jornal. **Dilma corta oito ministérios e reduz salários dela, do vice e dos ministros**. Portal G1. 02/10/2015, 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/dilma-corta-oito-ministerios-e-reduz-salarios-dela-do-vice-e-dos-ministros.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

ODILLA, F.; BRASIL, Bbc News. **5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013?** BBC News Brasil em Londres. 09/06/2018, 2018a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>. Acesso em: 09 out. 2019.

OLIVEIRA, G.; SENADO, Agência. **Aécio Neves promete oposição 'incansável e intransigente'**. Agência Senado. 05/11/2014, 2014a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-201cincansavel-e-intransigente201d>. Acesso em: 09 out. 2019.

PAÍS, El. **PMDB rompe com o Governo Dilma. El País. 30/03/2016**, 2016a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/29/politica/1459271009_272077.html. Acesso em: 09 out. 2019.

PASSARINHO, N.. **Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma**. Portal G1. 01/12/2016, 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 01 maio 2019.

PASSARINHO, N.; CALGARO, F.. **Por aclamação, PMDB oficializa rompimento com governo Dilma. Portal G1. 29/03/2016**, 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/por-aclamacao-pmdb-oficializa-rompimento-com-governo-dilma.html>. Acesso em: 24 set. 2019.

PASSARINHO, N.. **Bolsonaro pede desfiliação do PP para seguir 'sonho' da Presidência**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/bolsonaro-pede-desfiliacao-do-pp-para-seguir-sonho-da-presidencia.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PASSARINHO, N.; MATOSO, F.; MENDES, P.. **Eleito, Cunha diz que deputados reagiram a 'interferência' do governo**. Portal G1. 01/02/2015, 2015a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eleito-cunha-diz-que-deputados-reagiram-interferencia-do-governo.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

PASSARINHO, N.. **Oficializada candidata, Dilma diz que vai 'continuar Brasil de Lula'**. Portal G1. 13/06/2010, 2010a. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/06/dilma-rousseff-e-oficializada-como-candidata-do-pt-presidencia.html>. Acesso em: 08 out. 2019.

PASSARINHO, N.. **PMDB oficializa Michel Temer como vice na chapa de Dilma**. Portal G1. 12/06/2010, 2010a. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/06/pmdb-oficializa-michel-temer-como-vice-na-chapa-de-dilma.html>. Acesso em: 08 out. 2019.

PENA, R. F. A.. **Primavera Árabe**. Mundo Educação. s/d. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm>. Acesso em: 09 out. 2019.

PLENÁRIO. **Sessão Deliberativa**. 17/04/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU&t=20164s>. Acesso em: 18 set. 2019.

PORTAL DA CÂMARA. **Ato da Mesa Nº 69, DE 10/11/2005**. Portal da Câmara dos Deputados. 10/11/2005, 2005a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. L.. **Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff.** Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2018, vol.33, n.96, e339603. Epub Oct 19, 2017. ISSN 1806-9053. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/339603/2018>.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W.. **Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica.** *Tempo soc.* [online]. 2017, vol.29, n.2, pp.187-214. ISSN 0103-2070. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>.

PRÁTICO, Estudo; LÍGIA, A.. **A história da Igreja Universal do Reino de Deus.** 13/07/2016, 2016a. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/a-historia-da-igreja-universal-do-reino-de-deus/>. Acesso em: 03 set. 2019.

PRAZERES, L.. **Cunha recebeu propina por meio da Assembleia de Deus, diz PGR.** Portal Uol. 20/08/2015, 2015a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/08/20/cunha-recebeu-propina-por-meio-da-assembleia-de-deus-diz-pgr.htm>. Acesso em: 28 set. 2019.

PUFF, J.. **Até onde Eduardo Cunha pode chegar?** 09 abr. 2015, 2015a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150403_eduardo_cunha_abre_jf_lgb. Acesso em: 07 out. 2019.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M.. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** *Opin. Publica* [online]. 2018, vol.24, n.3, pp.486-522. ISSN 0104-6276. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243486>.

REMIGIO, M.. *Época*. **Como Bolsonaro, Marina e Daciolo se tornaram evangélicos - que somam um quarto do eleitorado brasileiro.** 16/09/2018, 2018a. Disponível em: <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-marina-daciolo-se-tornaram-evangelicos-que-somam-um-quarto-do-eleitorado-brasileiro-23072463>. Acesso em: 26 set. 2019.

REUTERS. **Dilma interrompe campanha para ir a batizado de neto.** Portal G1. 01/10/2010, 2010a. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/dilma-interrompe-campanha-para-ir-a-batizado-do-neto.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

REUTERS. **Dilma tenta aproximação com eleitorado religioso após boatos.** Portal G1. 29/09/2010, 2010a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/09/dilma-tenta-aproximacao-com-eleitorado-religioso-apos-boatos-1.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

REVISTA CARAS. **Emoção de Dilma Rousseff no batizado do neto, Gabriel.** Revista Caras. 06/10/2010, 2010 a. Disponível em: <https://caras.uol.com.br/arquivo/dilma-rousseff-no-batizado-do-neto.phtml>. Acesso em: 17 set. 2019.

ROUSSEFF, Dilma; PRESIDÊNCIA, Biblioteca da. **18-06-2013 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Marco Regulatório da Mineração.** 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex->

presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-lancamento-do-marco-regulatorio-da-mineracao-brasil-df>. Acesso em: 28 maio 2019.

RODA VIVA. **Michel Temer fala sobre impeachment de Dilma Rousseff**. Realização de Roda Viva. São Paulo: Tv Cultura, 2019. Youtube, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W45xyv5qLmE>. Acesso em: 14 set. 2019.

SARDINHA, E.; FOCO, Congresso em. **“Tentar me isolar é isolar a bancada do PMDB”, responde Eduardo Cunha**. Congresso em Foco. 10/03/2014, 2014a. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/%E2%80%9Ctentar-me-isolar-e-isolar-a-bancada-do-pmdb%E2%80%9D-responde-eduardo-cunha/>. Acesso em: 09 out. 2019.

SENADO, Agência. **Crime de responsabilidade**. S/d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/crime-de-responsabilidade>. Acesso em: 03 out. 2019.

SENADO, Agência. **Impeachment**. s/d. S/d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/impeachment>. Acesso em: 01 out. 2019.

SILVA, A.. **Igreja Batista**. Infoescola. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.infoescola.com/religiao/igreja-batista/amp>. Acesso em: 26 set. 2019.

SIMÕES, E.. **Junho/ 2016: Laudo mostra que Dilma não participou de irregularidades**. Portal Exame. 27/06/2016, 2016a. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/laudo-mostra-que-dilma-nao-participou-de-irregularidades/>. Acesso em: 09 set. 2019.

THOELE, A. e Bienne. **Entrevista com ex-marido de Dilma**. Swissinfo. 28/08/2014, 2014a. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/politica/entrevista-com-ex-marido-da-dilma/40570706>. Acesso em: 06 out. 2019.

UNISINOS, Instituto Humanitas. **As Jornadas de Junho de 2013 e a crise da democracia. Artigo de Daniel Bustamante Teixeira**. Instituto Humanitas Unisinos. 11/07/2018, 2018a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>. Acesso em: 09 out. 2019.

UNISINOS, Instituto Humanitas. **A transição religiosa em ritmo acelerado no Brasil**. Instituto Humanitas Unisinos. 19/01/2017, 2017a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/564083-a-transicao-religiosa-em-ritmo-acelerado-no-brasil>. Acesso em: 28 set. 2019.

UNIVERSAL. **Bispo responde a ligação entre a igreja e a Record**. Portal da Igreja Universal do Reino de Deus. 08/08/2009, 2009a. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/o-bispo-responde-a-ligacao-entre-a-igreja-e-a-record/>. Acesso em: 27 set. 2019.

UNIVERSAL. **História do Bispo**. Blog da Igreja Universal do Reino de Deus. Disponível em:

<https://blogs.universal.org/bispomacedo/historia-do-bispo/compra-da-record/>. Acesso em: 26 set. 2019.

UNIVERSAL. **História do Bispo**. Portal da Igreja Universal do Reino de Deus. Disponível em: <https://www.universal.org/a-universal/historia-do-bispo-macedo/>. Acesso em: 24 set. 2019.

UNIVERSAL. **Nossa história**. Portal da Igreja Universal do Reino de Deus. Disponível em: <https://www.universal.org/a-universal/nossa-historia/>. Acesso em: 24 set. 2019.

UOL. **Depois de falar em "golpe", Temer diz que processo de impeachment foi legal**. Uol. 17/09/2019, 2019a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/17/depois-de-falar-em-golpe-temer-diz-que-processo-de-impeachment-foi-legal.htm>. Acesso em: 17 out. 2019.

VEJA. **Dilma se pronuncia sobre os protestos no Brasil; leia a íntegra do discurso**. Veja. 21/06/2013, 2013a. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-se-pronuncia-sobre-os-protestos-no-brasil-leia-a-integra-do-discurso/>. Acesso em: 04 maio 2019.

VIVA, Roda. **Entrevista com Michel Temer**. Tv Cultura. São Paulo, 2019. (81 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U>. Acesso em: 03 out. 2019.

ZIBECHI, Raúl; LANGER, André; UNISINOS, Instituto Humanitas. **Um novo ciclo de lutas. Artigo de Raúl Zibechi**. Instituto Humanitas Unisinos. 27/10/2015, 2015a. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/548315-um-novo-ciclo-de-lutas-artigo-de-raul-zibechi>. Acesso em: 09 out. 2019.

WESTIN, Ricardo. **Dois presidentes do Brasil sofreram impeachment em 1955**. 31 ago. 2016, 2016a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dois-presidentes-do-brasil-sofreram-impeachment-em-1955>. Acesso em: 03 out. 2019.

WIKIPÉDIA. **Jair Bolsonaro**. s/d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_Bolsonaro. Acesso em: 01 jul. 2019.

WIKIPÉDIA. **Silas Malafaia**. s/d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Silas_Malafaia. Acesso em: 10 out. 2019.

8. ANEXOS

8. 1 Anexos A: Bancada Evangélica em 2014

<u>Parlamentar</u>	<u>Partido</u>	<u>UF</u>	<u>Votação</u>	<u>Situação</u>	<u>Profissão</u>	<u>Evangélica</u>
Alan Rick	PRB	AC	17.903	Novo	Jornalista e apresentador de TV	Assembleia de Deus
JHC	SD	AL	135.929	Novo	Empresário - Comunicações	Igreja Internacional da Graça de Deus
Silas Câmara	PSD	AM	166.281	Reeleito	Empresário	Assembleia de Deus
André Abdon	PRB	AP	13.798	Novo	Político	Assembleia de Deus
Erivelton Santana	PSC	BA	74.836	Reeleito	Auxiliar de Administração e Assessor Político	Assembleia de Deus
Irmão Lazaro	PSC	BA	161.438	Novo	Músico	Batista
Márcio Marinho	PRB	BA	117.470	Reeleito	Radialista	Iurd
Sérgio Brito	PSD	BA	83.658	Reeleito	Empresário, Servidor Público e Administrador de Empresas	Batista
Tia Eron	PRB	BA	116.912	Nova	Técnica em Administração e aluna do Curso do Direito da Faculdade Batista do Brasil (FBB)	Iurd
Ronaldo Martins	PRB	CE	117.930	Novo	Radialista, Acadêmico do Curso de Direito, Músico, Compositor e Cantor	Iurd
Ronaldo Fonseca	Pros	DF	84.583	Reeleito	Advogado	Assembleia de Deus

Manato	SD	ES	67.631	Reeleito	Empresário e Médico	Cristã Maranata
Max Filho	PSDB	ES	91.210	Novo	Servidor Público Federal	Presbítero da Igreja Presbiteriana da Glória
Sérgio Vidigal	PDT	ES	161.744	Novo	Médico	Batista
Fábio Sousa	PSDB	GO	82.204	Novo	Bacharel em Gestão Pública e Teologia, também estudou Publicidade e Propaganda, mas não concluiu	Fonte da Vida
João Campos	PSDB	GO	107.344	Reeleito	Delegado de Polícia	Assembleia de Deus
Cleber Verde	PRB	MA	105.243	Reeleito	Vendedor Autônomo, Professor, Servidor Público e Bacharel em Direito	Congregação Cristã
Eliziane Gama	PPS	MA	133.575	Nova	Jornalista e Comunicadora	Assembleia de Deus
George Hilton	PRB	MG	146.792	Reeleito	Radialista, Apresentador de Televisão, Teólogo e Animador	Iurd
Leonardo Quintão	PMDB	MG	118.470	Reeleito	Empresário	Presbiteriana
Lincoln Portela	PR	MG	98.834	Reeleito	Radialista e Comunicador	Batista Nacional
Stefano Aguiar	PSB	MG	144.153	Reeleito	Administrador de Empresas	Evangelho Quadrangular
Fábio Garcia	PSB	MT	104.976	Novo	Empresário - Energia	Sara Nossa Terra
Professor Victório Galli	PSC	MT	64.691	Novo	Professor de Ensino Superior	Assembleia de Deus

Josué Bengtson	PTB	PA	122.995	Reeleito	Pastor Evangélico	Evangelho Quadrangular
Julia Marinho	PSC	PA	86.949	Nova	Pedagoga	Assembleia de Deus
Aguinaldo Ribeiro*	PP	PB	161.999	Reeleito	Empresário	Batista
Anderson Ferreira	PR	PE	150.565	Reeleito	Empresário	Assembleia de Deus
Pastor Eurico*	PSB	PE	233.762	Reeleito	Comerciário e Comunicador de Rádio	Assembleia de Deus
Rejane Dias	PT	PI	134.157	Nova	Administradora	Batista
Christiane Yared*	PTN	PR	200.144	Nova	Empresária e pastora	Catedral do Reino de Deus
Delegado Francischini	SD	PR	159.569	Reeleito	Empresário e Delegado de Polícia Federal	Assembleia de Deus
Edmar Arruda	PSC	PR	85.155	Reeleito	Empresário e Economista	Presbiteriana Independente
Takayama	PSC	PR	162.952	Reeleito	Empresário, Professor e Ministro Evangélico	Assembleia de Deus
Toninho Wandscheer	PT	PR	71.822	Novo	Empresário - Imobiliário	Assembleia de Deus
Altineu Cortes	PR	RJ	40.593	Novo	Produtor Agropecuário	Assembleia de Deus
Arolde de Oliveira	PSD	RJ	55.380	Reeleito	Empresário, Engenheiro, Economista e Professor	Batista
Aureo	SD	RJ	58.117	Reeleito	Empresário	Metodista

Benedita da Silva	PT	RJ	48.163	Reeleita	Assistente Social	Assembleia de Deus
Cabo Daciolo	PSol	RJ	49.831	Novo	Bombeiro Militar	Batista
Clarissa Garotinho*	PR	RJ	335.061	Nova	Jornalista	Presbiteriana
Eduardo Cunha*	PMDB	RJ	232.708	Reeleito	Empresário e Economista	Sara Nossa Terra
Ezequiel Teixeira	SD	RJ	35.701	Novo	Advogado	Projeto Vida Nova
Francisco Floriano	PR	RJ	47.157	Reeleito	Apresentador de Televisão, Locutor, Publicitário, Representante Comercial	Mundial do Poder de Deus
Marcos Soares	PR	RJ	44.440	Novo	Advogado, especialista em Teologia Prática	Evangelho Quadrangu-lar
Roberto Sales	PRB	RJ	124.087	Novo	Administrador	Universal
Rosangela Gomes	PRB	RJ	101.686	Nova	Formada em Direito	Iurd
Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ	104.697	Novo	Sacerdote	Assembleia de Deus - Ministério Vitória em Cristo
Washington Reis	PMDB	RJ	103.190	Reeleito	Empresário e economista	Nova Vida
Antônio Jácome	PMN	RN	71.555	Novo	Médico e Pastor	Assembleia de Deus
Lindomar Barbosa Alves	PMDB	RO	24.146	Novo	Comerciante	Assembleia de Deus
Marcos Rogério	PDT	RO	60.780	Reeleito	Jornalista e Bacharel em Direito	Assembleia de Deus

Nilton Capixaba	PTB	RO	42.353	Reeleito	Empresário	Assembleia de Deus
Carlos Andrade	PHS	RR	6.733	Novo	Servidor Público Federal	Assembleia de Deus
Jhonatan de Jesus	PRB	RR	20.677	Reeleito	Empresário	Iurd
Carlos Gomes	PRB	RS	92.323	Novo	Aposentado (Exceto Servidor Público) e Pastor	Iurd
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	148.302	Reeleito	Empresário e Médico Veterinário	Luterana
Ronaldo Nogueira	PTB	RS	77.017	Novo	Administrador de Empresas	Assembleia de Deus
Geovania de Sá	PSDB	SC	52.757	Nova	Administradora	Assembleia de Deus
Laércio Oliveira	SD	SE	84.198	Reeleito	Empresário e Administrador de Empresas	Presbiteriana
Pastor Jony	PRB	SE	53.455	Novo	Pastor Evangélico	Iurd
Antônio Bulhões	PRB	SP	137.939	Reeleito	Empresário, Apresentador de Televisão, Administrador, Teólogo e Bispo Evangélico	Iurd
Bruna Furlan	PSDB	SP	178.606	Reeleita	Formada em Direito	Congregação Cristã no Brasil
Edinho Araújo	PMDB	SP	112.780	Reeleito	Advogado, Professor	Presbiteriana
Eduardo Bolsonaro	PSC	SP	82.224	Novo	Escrivão de Polícia Federal	Batista

Jefferson Campos	PSD	SP	161.790	Reeleito	Ministro do Evangelho, Advogado, Tecnólogo, Radialista, Bacharel em Teologia	Evangelho Quadrangular
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	178.771	Reeleito	Engenheiro Civil	Internacional da Graça
Missionário José Olímpio	PP	SP	154.597	Reeleito	Empresário e Comerciante	Mundial do Poder de Deus
Pastor Gilberto Nascimento	PSC	SP	120.044	Novo	Advogado, Delegado de Polícia e formado em Teologia	Assembleia de Deus
Pastor Marco Feliciano*	PSC	SP	398.087	Reeleito	Conferencista, Empresário, Pastor Evangélico	Catedral do Avivamento, igreja ligada à Assembleia de Deus
Paulo Freire	PR	SP	111.300	Reeleito	Ministro do Evangelho	Assembleia de Deus
Roberto Alves	PRB	SP	130.516	Novo	Metalúrgico	Iurd
Roberto de Lucena	PV	SP	67.191	Reeleito	Conferencista, Escritor, Pastor Evangélico	O Brasil para Cristo
Vinicius Carvalho	PRB	SP	80.643	Novo	Advogado	Iurd

8. 2 Anexo B: Deputados da Frente Parlamentar Evangélica da legislatura 2015-2019 com processos no STF*

Setembro de 2016

Nome	Partido	Acusação
Altineu Côrtes	MDB - RJ	Corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e peculato.
Sérgio Vidigal	PDT - ES	Crime contra o meio ambiente, o patrimônio genético e a flora. Por decisão do STF em agosto de 2016, houve trancamento da ação penal.
Cabo Daciolo	PTdoB - RJ	Crime contra a segurança nacional e a ordem política e social. Responde por fatos ocorridos durante o movimento grevista dos policiais militares na Bahia, no período de 31 de janeiro a 11 de fevereiro de 2012.
Eduardo Cunha	MDB - RJ	Atuação de suposta organização criminosa integrada por membros do então PMDB na Câmara dos Deputados. Com o mandato cassado em setembro de 2016, o deputado perde o foro privilegiado (o direito de ser processado e julgado pelo STF). Por conta disso, os processos que tramitava na Suprema Corte passaram a ser distribuídos às instâncias responsáveis por julgar os casos. Dos nove processos criminais, apenas um permanece no STF, por também tratar de políticos que detêm prerrogativa de foro.
Fausto Pinato	PP - SP	Denúncia caluniosa, crime contra administração pública. Absolvido por falta de provas pela Primeira Turma do STF.
Hidekazu Takayama	PSC - RJ	Peculato, estelionato, crime contra a ordem tributária.
Jair Bolsonaro	PSC - RJ	Incitação ao crime de estupro
Jefferson Campos	PSD - SP	Crimes eleitorais.
Josué Bengston	PTB - PR	Corrupção passiva, corrupção ativa, lavagem de dinheiro, peculato, ocultação de bens e valores.
Lindomar Garçon	PRB - RO	Crime eleitoral.
Pastor Marco Feliciano	PSC - SP	Calúnia, injúria, difamação e peculato. O processo foi

		arquivado em abril de 2017, mas o ministro Celso de Mello, do STF, ressaltou que, no entanto, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal, há possibilidade de reabertura das investigações penais, desde que haja provas substancialmente novas e que não se tenha ainda consumado a extinção da punibilidade do parlamentar. Em segredo de Justiça corre o processo referente à acusação de abuso sexual.
Missionário José Olimpio	DEM - SP	Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha
Nilton Capixaba	PTB - RO	Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral, corrupção passiva, crimes contra a paz pública, quadrilha ou bando, lavagem de dinheiro, ocultação de bens ou valores. O caso se refere ao que ficou conhecido como Máfia dos Sanguessugas, que desviava dinheiro público destinado à compra de ambulâncias.
Roberto Alves	PRB - SP	Crimes contra o patrimônio e estelionato.
Silas Câmara	PRB - AM	Crime contra a fé pública, uso de documento falso, falsificação de de documento público. Foi condenado em outubro de 2016, mas a pena prescreveu.
Washington Reis	MDB - RJ	Crime contra o meio ambiente, formação de quadrilha ou bando. Foi condenado a 7 anos, 2 meses e 15 dias de prisão, em dezembro de 2016. Também foi condenado à perda de mandato por irregularidade em uma obra pública em Duque de Caxias; a Procuradoria Regional Eleitoral já havia pedido a cassação do mandato, mas em julho de 2017, ele continuava na ativa.

8. 3 Anexo C:

NOTA À NAÇÃO BRASILEIRA

A **FPE- Frente Parlamentar Evangélica**, tendo em vista a grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o Brasil, com graves consequências na vida do povo brasileiro, tais como: desemprego, inflação, fechamento de empresas, descrédito econômico nacional e internacional, e entendendo que os mais pobres do país são os que mais estão sofrendo com os resultados dessa crise generalizada;

Considerando que os recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo Dilma são uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito e amparada pelo caminho constitucional, legal e democrático embasado pelo pedido de impeachment que tramita no Congresso Nacional, bem como a necessidade do país de reestabelecer a esperança, a confiança, a unidade nacional e a retomada do crescimento, **DECIDIU, MANIFESTAR PUBLICAMENTE SUA POSIÇÃO FAVORÁVEL AO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, em reunião extraordinária, na tarde de hoje.

Brasília, 06 de abril de 2016.

João Campos

Deputado Federal

Presidente da frente Parlamentar Evangélica

9. APÊNDICE

Entrevista com Pastor Márcio Renê Pinto, da Igreja Bola de Neve de Avaré (SP)

Entrevista realizada via WhatsApp entre os dias 28 de julho e 12 de agosto de 2019.

1) A quais motivos atribui o aumento de fiéis da igreja evangélica?

Com a desintegração dos valores morais e éticos, principalmente no que se diz respeito à família, as pessoas por consequência estão mais carentes, isoladas. Aumento acelerado das doenças psíquicas (depressão, síndrome do pânico, e aí vai...). Portanto, acredito que por esses motivos e tantos outros as pessoas estão em busca de respostas e alento, e acabam encontrando isso na palavra de Deus (Bíblia sagrada), pois a igreja que se preza segue a doutrina da Bíblia.

2) Quais as principais diferenças entre o modelo de igreja antigo e das igrejas evangélicas que surgiram? (como por exemplo a Bola de Neve)

Entendo que as igrejas tradicionais (antigas) não estão preparadas para lidar com as mudanças ocorridas através das gerações. Acabam sendo mais exclusivas do que inclusivas. Hoje precisamos nos adequar a essas mudanças nunca deixando de ter a sã doutrina(Bíblia)como base de nossas vidas. Como se referiu a Bola de Neve, esta igreja atende àqueles que a maioria das igrejas, inclusive evangélicas não tem estratégias para atrair/alcançar. Não colocam barreiras para chegarem à igreja, mas lá estando se permitirem serão transformados pelo amor de Deus. Jesus nunca rejeitou ninguém, há várias passagens bíblicas onde Jesus ia ter com os pecadores. Pois a Bíblia diz que Ele veio para os pecadores, para os doentes e necessitados.

3) Cresceu o número de parlamentares da Bancada Evangélica no poder. Tem algum tipo de motivação superior para que fiéis ou pastores participem da política?

Não há nenhum tipo de imposição ou obrigação da liderança evangélicas neste sentido. Mas devido ao rumo que a nossa política tem tomado nestes últimos anos, fez-se necessário sairmos da nossa zona de conforto e pleitear posições políticas para ali tentar imprimir um posicionamento de justiça e honestidade. Existe um ditado muito interessante e verdadeiro:” dê poder a um homem e saberás quem ele é”, infelizmente uma parcela pequena dos cristãos evangélicos que lá chegaram se corromperam, mas acreditamos que a grande maioria segue o caminho da honestidade e estão cumprindo suas missões.

4) Acredita que religião e política possam estar juntas de forma imparcial? Como vê isso acontecendo na prática?*

Não vejo ser possível. Somos seres sociais que recebem estímulo ao nascer, primeiro como a família, depois igreja, escola, meio de convivência, ambiente. Por isso penso que não dá para desassociar.

5) Tem um slogan que fala "irmão vota em irmão". Durante os cultos, e principalmente durante o período eleitoral, tem algum tipo de incentivo para que votem em candidatos evangélicos? Se não, como se dá a divulgação dos candidatos.

Veja, as igrejas por força moral, ética cristã e legal, não podem fazer do púlpito um palanque. Logo, a abordagem deve ser feita pela forma ilibada da vida cristã do candidato. A campanha se dá fora da igreja e o apelo de votos também. Entretanto o cristão não pode se alienar ao que acontece na gestão pública e temos vários exemplos na bíblia que o profeta influencia em tomadas de decisão, por exemplo, o livro de Ester, além é claro de Neemias, Samuel, Natã dentre outros. Com um pensamento crítico e análise do livro Sagrado é que se dá o apelo. Hoje por exemplo existem casos que o indivíduo é político ou figura pública mas sua conduta e o partido defendem comportamentos avessos às escrituras.